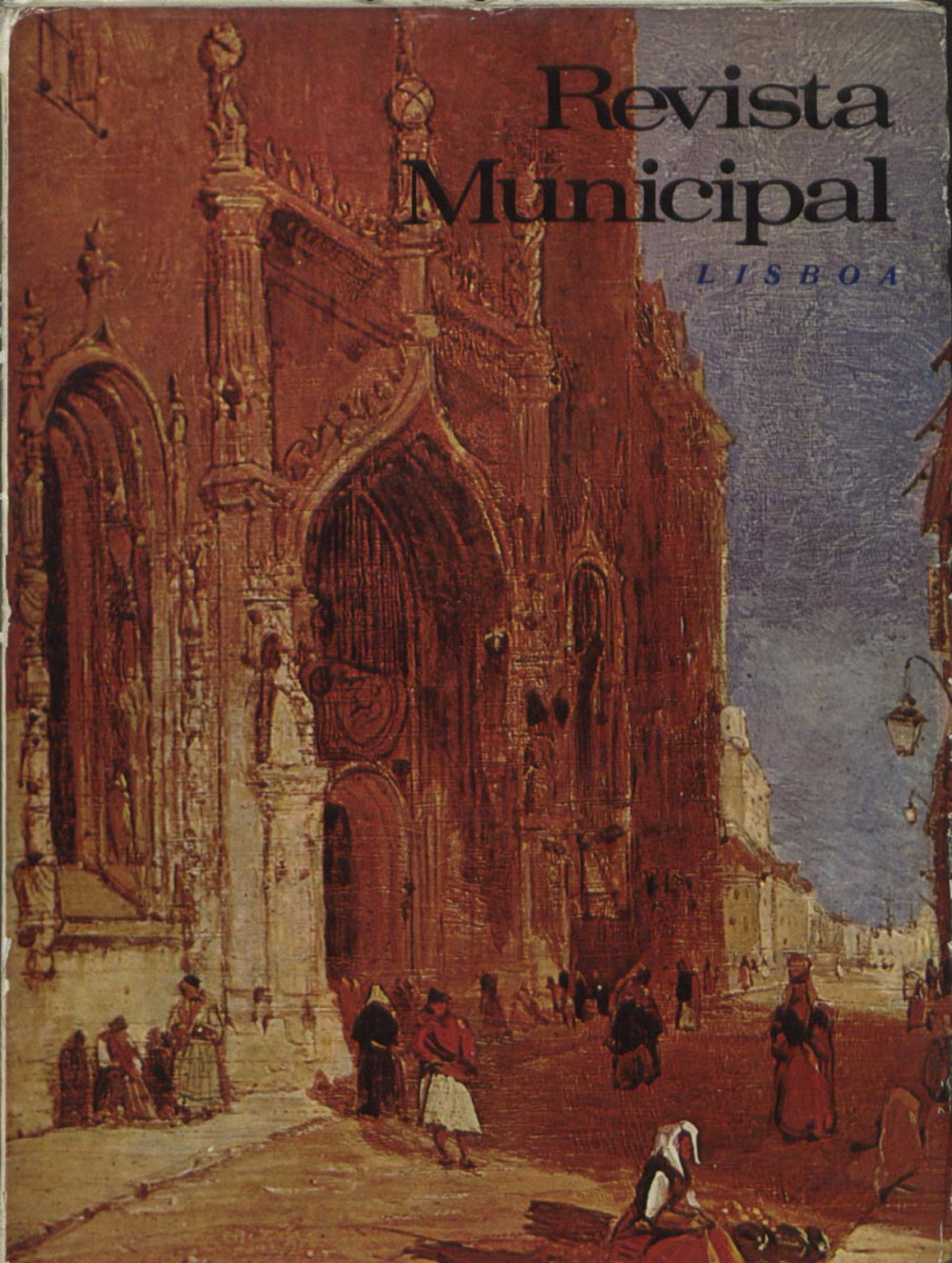


Revista Municipal

LISBOA



NA CAPA:

IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA — Quadro de Janes Holland — Séc. XIX (Museu da Cidade de Lisboa)

Revista Municipal

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO XXXI — NÚMEROS 126/127 — 3.º E 4.º TRIMESTRES DE 1970



DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE TÉCNICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
JULIO GIL
LUIS OSÓRIO

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

SUMÁRIO

UM HOMEM — *MARCELLO CAETANO* * A REUNIÃO EXTRAORDI-
NÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PARA PRESTAR HOME-
NAGEM A MEMÓRIA DO PRESIDENTE SALAZAR * SAÍDAS DE
LISBOA NO SÉCULO XVIII — *FERNANDO CASTELO-BRANCO* *
LOCAIS DE FUNCIONAMENTO DA AULA DE COMÉRCIO — *FRAN-
CISCO SANTANA* * OS CASEBRES DO LORETO, UMA LEGENDA
VIVA NA LISBOA DE OUTRAS ERAS — *MÁRIO COSTA* * CONTRAS-
TES SANITÁRIOS-V — *ARNALDO FALLE DE SOUSA QUENTAL* *
EXTRATEXTO * DITOSO TEJO — *D. FRANCISCO MANUEL DE MELO*
* A MEDALHA DE OURO DA CIDADE DE LISBOA PARA O ANTIGO
PRESIDENTE TENENTE-CORONEL SALVAÇÃO BARRETO * INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO AO MARECHAL CARMONA * ACONTE-
CIMENTOS CIDADINOS * INDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»
N . . ° * 1 2 4 A 1 2 7 — A N O D E 1 9 7 0



Há figuras e há ocasiões que não admitem retórica. As frases, longe de exaltarem a grande personalidade que se extinguiu, diminuíam-na. Porque ele é bastante por si só, na sua verdade, para se impor à admiração dos homens.

Professor respeitado pela inteligência lúcida com que encarava os problemas e penetrava as realidades, pensador claro, escritor de rara correção e elegância formal. Salazar foi chamado ao Governo como técnico em momento particularmente crítico da vida portuguesa. Sem dramatismo, com calma serenidade, limitou-se a aplicar como Ministro os mesmos princípios que ensi-

UM HOMEM



nava na cátedra. Mas logo demonstrou, no realismo com que encarava os problemas, na resistência às pressões exteriores, na indiferença às censuras como aos aplausos, na tenacidade com que mantinha as resoluções tomadas, na segurança com que seguia as directrizes traçadas, não ser apenas o professor que sabia ou o intelectual que discorria: era o homem de carácter forte e de vontade inflexível em quem se manifestavam as mais altas virtudes do estadista.

As finanças do País sanearam-se. E a vida regada do Estado foi o alicerce onde firmou a solidez da moeda, a disciplina da administração, o ressurgimento da economia. Muitos anos de atraso haviam privado o País das necessárias infraestruturas do progresso económico: foi preciso fazer muita coisa de raiz, na educação como nas obras públicas, e constantemente, durante o seu governo, se abriram escolas, se rasgaram estradas, se construíram portos, se lançaram pontes, se ergue-

ram edifícios... para que os portugueses pudessem tirar maior partido do seu trabalho e aspirar a uma vida melhor.

A multiplicidade dos partidos e a sua indisciplina tinham dado aos primeiros dezasseis anos de regime republicano um carácter tumultuário. Instabilidade de governo, desordem social, crise da autoridade, foram os males que estiveram na raiz da revolução de 28 de Maio de 1926 e da Ditadura Militar que ela implantou. Era preciso encontrar uma fórmula constitucional que permitisse pôr termo à ditadura sem perigo de fazer regressar o País à confusão anterior. Inspirando-se na experiência política portuguesa e no carácter do povo, Salazar foi o autor da Constituição plebiscitada em 1933 e que ainda hoje nos rege. Nesse diploma fundamental se consagrou o sistema corporativo que introduziu em Portugal uma sã, constante e progressiva política social. Não havia praticamente nada feito em benefício

dos trabalhadores: toda a legislação e organização que hoje protege o mundo do trabalho nasceu daí.

Mas já outros horizontes solicitavam a sua atenção infatigável: o ultramar português aguardava novo impulso civilizador. Salazar traça também aí os seus planos, concebe uma acção racional de execução metódica e o que era simples nostalgia, torna-se ideal colectivo, o que parecia sonho converter-se em realidade, desabrocham as velhas cidades africanas, surgem outras novas, a selva cede ao impacto de animosas vontades com reforçados meios de acção, populações milenariamente atrasadas recebem a mensagem civilizadora, desentranha-se a terra dos trópicos em novas riquezas e quem conhecera o ultramar português dos anos vinte deste século — mal o reconhece na pujança das suas feições actuais.



É essa obra de civilização para a qual o Acordo Missionário assegurou o concurso da Igreja Católica que em 1961 o surto de terrorismo no Congo veio pôr em perigo. Vidas, bens, a paz interna de Angola estão em risco. Se há injustiças a corrigir o Poder tem força suficiente para o fazer. Mas importa defender as populações, a obra civilizadora realizada, o próprio futuro de convivência numa sociedade multirracial: e Salazar toma a decisão histórica de enviar tropas «rapidamente e com força» e de resistir ao que então se julgava irresistível sopro dos ventos da História.

Em contraste com os pensadores derrotistas do século XIX, este homem de pensamento, mas sobretudo governante de visão clara, esclarecida energia e férrea vontade, soube dar unidade aos portugueses e inspirar-lhes ideais que neles ressuscitassem o espírito de missão.

Para isso valorizou a História no fito de aí encontrar a motivação do futuro. Ele próprio foi um elo. Não rejeitou nada do passado da Nação que pudesse ser útil para edificar o porvir. Portugal sofrera na sua alma os estragos de um século de negação: ele foi o grande afirmador das virtualidades, das certezas das possibilidades de Portugal.

Para sustentar os direitos portugueses no mundo, forjou um exército que em todas as ocasiões em que tem sido necessário, na defesa contra ameaças de fora ou para dominar subversões de dentro, esteve e está presente; reconstituiu a marinha; criou a força aérea; deu à nossa diplomacia um dos períodos áureos da sua História.

Mas se pretendia que o País não estivesse indefeso, tinha como preocupação dominante conservar ou implantar a Paz. Coube-lhe enfrentar os transe dolorosos da guerra civil espanhola cuja projecção histórica desde o princípio adivinhou. E durante os anos trágicos da segunda guerra mundial a sua preocupação de todos os minutos foi tirar partido das condições criadas na Península Ibérica para a manter fora do conflito, como uma zona de paz. Para defender os Portugueses do flagelo da guerra passou horas angustiosas, vigiou noites intermináveis, silenciosamente, sem que o povo adivinhasse sequer os perigos que

corria. A imaginação do seu génio diplomático e a prudência excepcional do seu tacto governativo, garantiram aos portugueses os benefícios da paz. Foi um servidor da Paz. Foi-o mesmo quando implacavelmente castigava a desordem e a subversão. Porque a Paz não se serve pela frouxidão e pelo abandono, mas com a firmeza que evita as crises, intimidando os agressores e reduzindo à impotência os agentes da perturbação.

Dentro da sua preocupação de governar em paz, quis também garantir aos portugueses a paz religiosa. A liberdade dos cultos não lhe deixou esquecer que a religião católica é processada pela esmagadora maioria do País e está ligada às mais lidimas tradições nacionais. Católico de toda a vida e crente fervoroso, Salazar deu à Igreja em Portugal possibilidades e perspectivas que a Concordata com a Santa Sé veio consolidar segundo as concepções dessa época.

Para avaliar a obra de Salazar é preciso comparar o Portugal que ele recebeu ao assumir o Governo com o Portugal que ele deixou. Recebeu um País arruinado, dividido, convulso, desorientado, descrente nos seus destinos, intoxicado por uma política estéril. Deixou o País ordenado, unido, consciente, seguro dos seus objectivos e com capacidade para os atingir.

Quarenta anos de governo não podem decorrer sem sombras. Governar é necessariamente descontentar, no balanço de uma política, há por força um passivo a enfrentar o activo. Mas nesta hora de verdade o saldo positivo é enorme. Salazar foi um grande governante. Foi um grande português. E nas horas dramáticas em que sòzinho teve de tomar resoluções decisivas para os destinos nacionais, como naquelas em que singelamente procurava reintegrar-se no meio familiar da aldeia onde nasceu, nas alegrias como nas dores, nas virtudes como nos defeitos, nos rasgos senboris de príncipe como nos escrúpulos de administrador prudente, na dureza do governante como nas delicadezas enternecedoras da sensibilidade, ele foi, em toda a dimensão da palavra e em toda a dignidade da espécie. — UM HOMEM.

MARCELLO CAETANO

A REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA PARA PRESTAR HOMENAGEM À MEMÓRIA DO PRESIDENTE SALAZAR

A Câmara Municipal de Lisboa não podia deixar de prestar homenagem a Salazar, associando-se ao luto da Nação. Durante décadas, o Município recebera o forte impulso da vontade do inesquecível governante, que, em várias ocasiões, manifestara o maior interesse pelos problemas da capital, através de sugestões e de medidas tendentes a solucionar muitos casos de interesse cidadão, certo de que eram casos de projecção nacional. Para além disso, o preito de homenagem da Nação devia ter — e teve — expressão especial em Lisboa, onde o chefe respeitado dirigira, por quatro décadas, a política que haveria de tornar Portugal respeitado e, mais ainda, invejado, pela maneira como o saudoso e nunca esquecido Presidente do Conselho soubera conduzir os seus destinos em épocas agitadas que o mundo atravessou.

Por esse motivo, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do sr. eng.º D. Segismundo Saldanha, ladeado

pelo sr. dr. Dinis Soares da Costa, também como aquele, vice-presidente da edilidade, e com a presença da totalidade dos vereadores.

Ao dar início aos trabalhos, o presidente pronunciou as seguintes palavras:

«Na ausência do presidente desta Câmara, coube-me o doloroso dever de convocar V. Ex.^{as}, para esta sessão extraordinária na hora de luto que atravessa a Nação pela perda do estadista insigne e benemérito da Pátria, o Presidente António de Oliveira Salazar que durante 40 anos se manteve com firmeza incedível à frente dos destinos de Portugal, sabendo bem o que queria e para onde ia.

Quis Deus chamar à Sua divina presença no passado dia 27, aquele que, antes da sua morte, já pertencia à História e que pela sua palavra, pelo seu exemplo, pelo seu espírito de sacrifício, pela sua rara inteligência e intuição de governante, escreveu uma das mais belas páginas da

nossa História Pátria deixando em cada um de nós uma enorme saudade.

Pedi a vossa comparência para, como legítimos representantes dos habitantes de Lisboa, cidade onde o Presidente António de Oliveira Salazar viveu e trabalhou a maior parte da sua vida, e onde acabou os seus dias, me acompanharem num muito sentido voto de pesar pela sua morte, propondo que o mesmo fique exarado na acta desta reunião e, ainda, que a Câmara manifeste ao venerando Chefe do Estado, almirante Américo Deus Rodrigues Tomás, e a S. Ex.^ª o Presidente do Conselho de Ministros, professor Marcello Caetano, e à família do Presidente António de Oliveira Salazar o seu respeitoso e profundo desgosto pelo rude golpe que atingiu a Nação Portuguesa.

Antes de pôr à votação esta proposta, peço a V. Ex.^ª para, de pé, guardarmos uns momentos de silêncio em memória daquele junto de cujos restos mortais iremos pessoalmente e em nome da cidade de Lisboa prestar a última homenagem de respeito e agradecimento pelo muito que a Pátria lhe fica devendo.»

Assim se fez. Durante um minuto, os vereadores de pé, foi respeitado rigoroso silêncio. Depois, o eng.^º D. Segismundo Saldanha leu um telegrama do presidente da Câmara, ausente em Angola, no qual o eng.^º Santos e Castro afirmava lamentar não poder estar presente, associando-se, no entanto, naquela província, às manifestações de pesar pela morte do grande estadista e exprimindo a sua concordância com as que a C. M. L. promovia.

O homem que consagrou a maior parte da sua vida ao serviço da Nação bem merece que o recordemos com reconhecimento e sincera mágoa — afirmou o vereador Leopoldo Nunes.

Aprovada por unanimidade a proposta apresentada, falou o vereador Leopoldo Nunes. Atentamente escutado, disse:

«Por iniciativa do sr. vice-presidente, realiza-se esta sessão pública extraordinária cujo objectivo é manifestar o mais profundo desgosto pela morte do Professor Oliveira Salazar, reconstrutor da Pátria e luzeiro forte num Mundo que as sombras envolvem. E essa iniciativa, que tanto nos dignifica e engrandece, impõe uma declaração de completa solidariedade por parte da vereação, em nome do Povo de Lisboa.

A expressão deste acto de solidariedade mais do que nas presenças dos vereadores, tem de ser dada com palavras mesmo considerando que, para tão alta e nobre figura todas as palavras são pobres e os lugares comuns constituem ofensa.

Na minha já tão longa vida de jornalista, escrevi centenas de artigos e outros documentos sobre o prof. Oliveira Salazar. Desde o seu aparecimento em cena política, fui verificando, quase sempre com assombro, como a sua personalidade se definia e projectava, primeiro no âmbito nacional e depois do domínio externo. Fora chamado somente para resolver o problema financeiro e, como consequência disso, o económico; mas, em breve, obtida a sensacional e memorável batalha da regeneração financeira, Salazar começou, em discursos, entrevistas e relatórios dos orçamentos, a revelar uma sensibilidade política muito apurada e surpreendente; uma clarividência quase profética, uma formação espiritual e moral que o tornaria um dos mais notáveis condutores de povos em todas as épocas, um caso de excepção num mundo em que os dirigentes das mais poderosas e ricas nações não conseguem encontrar os rumos da paz e do progresso que pretendem dar à Humanidade. No tumulto das contemporizações, das transigências, das renúncias, das generosidades inúteis, das promessas que não se cumpriam, dos receios e cobardias perante a violência e a subversão, dos conluios e abusos diplomáticos de que é triste símbolo um areópago impotente e desclassificado, Salazar foi, durante quarenta anos, exemplo de inteligência, de cultura, de competência bem revelada em todos os sectores onde teve intervenção, de energia e tena-

cidade de coerência, de fé e de inquebrantável firmeza. De acordo com as razões bem fundamentadas que o orientavam e decidiam, jamais parou ou retrocedeu; andou sempre para a frente, definindo conceitos de carácter político, social e económico, regras morais para todos e para cada um em particular, e dando conselhos, que o tempo demonstrou serem os mais próprios e úteis, de certos governos estrangeiros em momentos de crise internacional.

Era ao mesmo tempo e no mesmo alto nível um homem de fé, consciente e ousado, pensador e doutrinador exigente, diplomata arguto e sempre avesso a transigências, patriota extremo, exemplo sempre vivo e actuante de amor e dedicação à Pátria e à Humanidade. Mesmo quando alguns dos seus admiradores e os adversários o acusavam de egocentrista, homem absorvente, dominador, provou que, se tudo queria saber, apreciar ou resolver, só um motivo tinha: o de verificar que muitos dos seus colaboradores não tinham suficiente capacidade para certas decisões; e é legítimo pensar, também, que assim procurava fortalecer a unidade da acção política e administrativa que, sob a sua égide, se desenvolvia.

Num dos últimos dias de Novembro de 1930, quando no seu gabinete de ministro das Finanças, no Terreiro do Paço, lhe ofereci o primeiro exemplar do meu livro «O Ditador das Finanças» que era a história dos seus dois primeiros anos de governante de muitas coisas falámos; e, como outras, registei no meu diário uma frase sua que bem demonstra como era injusta a classificação de egocentrismo e, principalmente, como ele conhecia os seus semelhantes:

«Em política não é dos mais sábios ou bem dotados que devemos ter receio; é dos insuficientes, das segundas e terceiras figuras que só praticam erros e geram complicações». Aliás, esta declaração está de acordo com um trecho de um seu discurso de 1934: «Arredando do meu caminho, menos por virtude que por necessidade, tudo o que possa constituir satisfações de Poder, tenho tentado surpreender as terras e as coisas no

desalinho da sua vida diária . . . Sou, certamente, um descontente, um insatisfeito à procura de mais e de melhor, mas não sou pessimista nem descrente; uma confiança inabalável na reconstrução nacional me vem de conhecer as possibilidades da vida portuguesa e as qualidades da raça.»

E Leopoldo Nunes prosseguiu:

«O melhor retrato de Salazar foi feito pelo seu eminente sucessor, ao anunciar ao País a morte do grande estadista:

«Era um homem de carácter forte e de vontade inflexível em que se manifestavam as mais altas virtudes do estadista . . . Em contraste com os pensadores derrotistas do século XIX, este homem de pensamento, mas sobretudo governante de visão clara, esclarecida, enérgica e férrea vontade, soube dar unidade aos portugueses e inspirar-lhes ideais que neles resuscitaram o espírito de missão . . . Para avaliar da obra de Salazar, é preciso comparar o Portugal que ele recebeu, ao assumir o Governo, com o Portugal que ele deixou. Recebeu um País arruinado, dividido, convulso, desorientado, descrente nos seus destinos, intoxicado por uma política estéril. Deixou o País ordenado, unido consciente, seguro dos seus objectivos e com capacidade para os atingir . . . Salazar foi um grande governante. Foi um grande português. E nas horas dramáticas em que, sozinho, teve de tomar resoluções decisivas para os destinos nacionais, como naquelas em que singelamente procurava reintegrar-se no meio familiar da aldeia onde nasceu, nas alegrias como nas dores, nas virtudes como nos defeitos, nos rasgos senhoriais de príncipe, como nos escrúpulos de administrador prudente, na dureza de governante, como nas delicadezas enternecedoras, da sensibilidade, ele foi, em toda a dimensão da palavra e em toda a dignidade da espécie — um Homem.»

Vim traduzir, singelamente, um sentimento de admiração, de respeito e de gratidão pelas

ideias, atitudes, acções e obras de um dos mais insignes portugueses de todos os tempos, e que foi ainda, no domínio internacional, uma figura de forte e justa projecção.

O Homem que consagrou a maior parte da sua vida ao serviço da Nação, em iniciativas, esforços e sacrifícios que ninguém até hoje igualou no Governo de um povo, bem merece que o recordemos com reconhecimento e sincera mágoa. O seu corpo vai ficar no modesto cemitério de Vimieiro; mas a lembrança da sua vigorosa personalidade perdurará.»

Lisboa sentiu profundamente, como o País inteiro, a morte de Salazar — disse o almirante Alves Lopes

Falou, a seguir, o vereador almirante Alves Lopes, que disse:

«Vou proferir umas breves palavras que não podem deixar de ser simples, também, pois, mais do que isso, não me permite o momento de emoção que vivo agora.

Essas palavras são para me associar, de todo o coração, ao preito de homenagem que prestamos à memória dessa grande e incomparável figura de Homem insigne que já pertence à História de Portugal como uma das maiores de todos os tempos: SALAZAR!

No íntimo do meu coração, no seio da minha família, no convívio dos amigos, já eu tivera ocasião de manifestar os meus sentimentos de profundo desgosto pela perda desse grande português que amou e serviu extraordinariamente a sua Pátria e por quem eu me habituei, desde a juventude, a admirar e a respeitar.

Pois aproveito agora a oportunidade desta sessão extraordinária para, publicamente, poder expressar os mesmos sentimentos de pesar e me curvar, respeitosamente, ante a memória de quem, oficialmente, foi considerado: «Benemérito da Pátria».

E nesta altura falo como vereador da Câmara Municipal de Lisboa e representante do seu povo,

esse povo bondoso e grato, que tantas vezes aclamou Salazar nas ruas, em dias de festa, e agora, com mais fervor ainda, vem também para a rua, a caminho dos Jerónimos, prestar a sua sentida, sincera e espontânea homenagem, de lágrimas nos olhos, a exteriorizar o seu profundo desgosto pela perda de um Homem, exemplo de virtudes cívicas, que soube engrandecer, defender e honrar a sua Pátria e, por isso mesmo, é venerado e chorado por esse mesmo povo com a simplicidade e a sinceridade dos homens bons e reconhecidos.

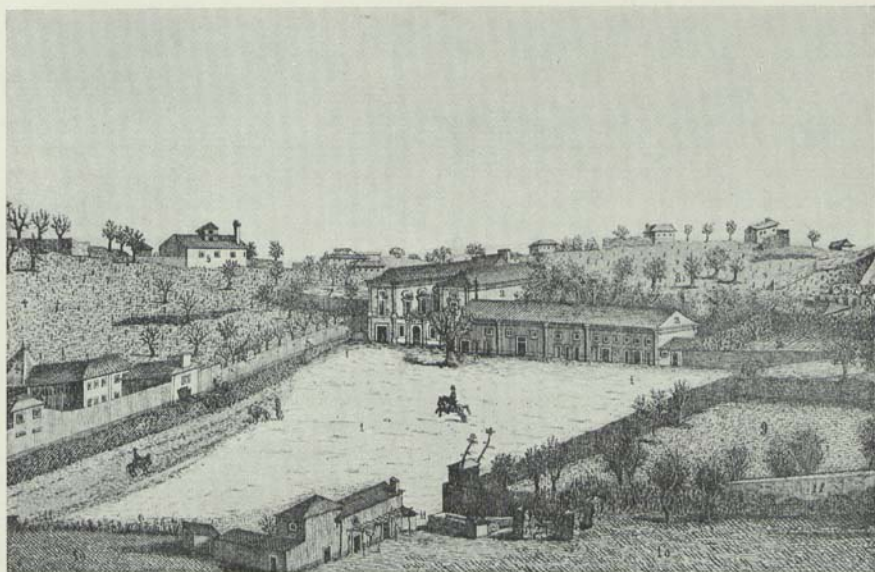
Lisboa sentiu profundamente, na verdade, como o País inteiro, a morte de Salazar.»

«Que a História de Portugal continue como Salazar a traçou, a bem da Nação». — proclamou o vereador Manuel Casimiro de Almeida.

O vereador Manuel Casimiro de Almeida, no uso da palavra, acentuou que depois dos discursos pronunciados, só poderia referir uma nota sentimental e sugerir à nova geração que lesse os discursos de Salazar e meditasse sobre o que disse e fez. A parte sentimental, essa vinha da região onde o estadista nasceu e onde se firmara a grandeza da nacionalidade. E acrescentou:

«Há figuras e ocasiões que não admitem retórica. Assim acontece com Salazar, o Homem que se entregou inteiramente ao serviço da Nação. Passou momentos de ansiedade, de sustos e de preocupação. Que a nova geração compare a época que antecedeu a entrada de Salazar no Governo com a que se seguiu, de resgate, orientada pelo chefe incomparável. Valeu a pena ter um Homem como Salazar.

Por isso — acentuou — as lágrimas do Mondego e do Dão, as lágrimas da gente da Beira Alta, onde agora se reza e se chora. Que a História de Portugal continue como Salazar a traçou, a bem da Nação. Que Deus tenha a sua alma em glória, por que em descanso não estará, enquanto o País não regresse à paz, à prosperidade e ao destino glorioso a que tem direito, tal como o prof. Marcello Caetano e todos os portugueses desejam. Que Deus nos ajude a todos!»



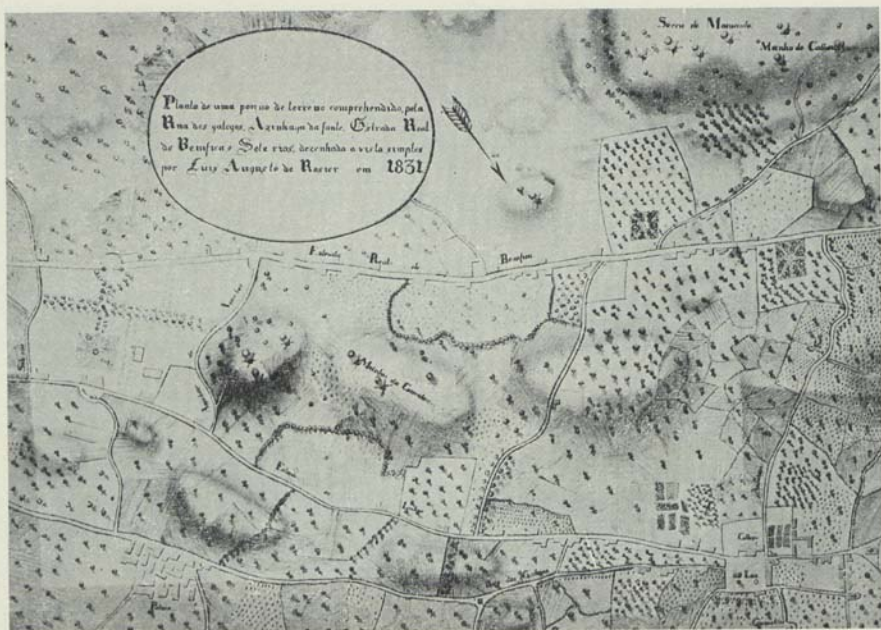
O Campo Pequeno em 1838. A esquerda vê-se a estrada que ia da Porta do Cego para o Campo Grande, na qual vai passando um carro.

FERNANDO CASTELO-BRANCO

SAÍDAS DE LISBOA

NO SÉCULO XVIII

Quando em Março de 1961 se reuniu em Lisboa o *Colóquio sobre o Urbanismo*, nos debates então efectuados, dois dos participantes referiram-se ao desaparecimento progressivo da antiga estrada de Benfica, uma das saídas de Lisboa, que, como também aí se assinalou, se têm transformado, com o desenvolvimento da capital, em diversas artérias urbanas (1). Deste modo perdeu a Estrada de Benfica o seu carácter primitivo, ficando, nesse aspecto, irreconhecível. O mesmo acontece com as outras estradas que, fazendo percursos diferentes, tinham no entanto funções



A Estrada de Benfica e a estrada para a Luz numa planta de 1831.

idênticas. Por esse motivo pareceu-nos revestir-se de bastante interesse o manuscrito seguinte, que cremos inédito e no qual se enumeram as dez estradas pelas quais se saía outrora de Lisboa, descrevendo-se com certa minúcia o traçado de nove delas.

Declaram dos logares, em que se termina a distancia de legoa e meya em todas as estradas, que entram nesta Corte, unindo-as todas no largo da S.^{ta} Igr.^a Patriarcal, de donde se principia a contar a d.^a legoa e meya p.^a cada hũa das dez estradas, q̄ sam. P.^a a de Belem, seg.^a a de N. S. da Ajuda, p.^a Carnachide, 3.^a de Bemfica, 4.^a N. S. da Luz, 5.^a a de Telheyras 6.^a a do Campo

grande 7.^a a da Charneca, 8.^a a de Sacavem por Arroyos, 9.^a a de Sacavem por Marvilla e Olivais, 10.^a outro ramo de Sacavem pela Quinta do Braço de prata.

PR.^a ESTRADA DE BELLEM

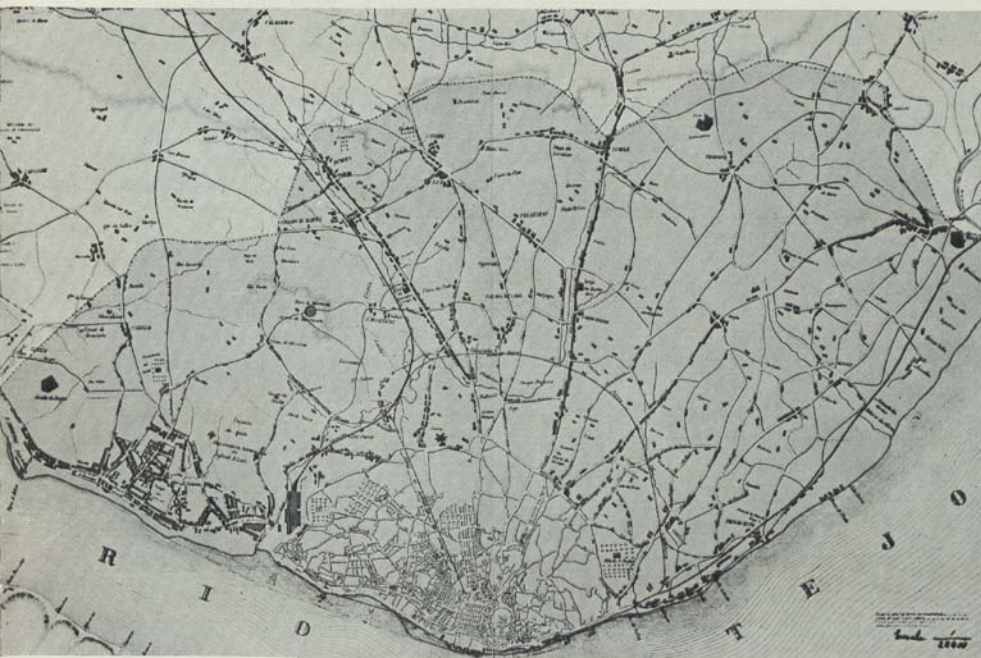
Principiando junto à escada da S.^{ta} Igr.^a Patriarcal, e continuando pelos cubertos, rua direita dos Remolares, S. Paulo, Esperança, porta da cortina da Fortificacam de Alcantara, Ponte da Ribeira, estrada do Calvario, Junqueira, e sua ponte, lugar de Bellem, estrada do Bom successo, lugar de Pedrouços, estrada de S. José de Ribamar, deixando o convento

a dir.^{ta} e as casas de Marco Antonio até a pontinha proxima chamada da Morugem se termina nella a legoa e meya.

SEG.^{da} ESTRADA DE N. SNR.^a DA AJUDA P.^a CARNACHIDE

Principiando junto à referida escada, e continuando thé a ponte da Ribeira de Alcantara, como no caminho antecedente, se busca dali a estrada da porta da Tapada, e o lugar de N. Snr.^a da Ajuda e deixando este à esquerda, e dpois a direita o caminho de Bemfica, se passa o Marco de pedra chamado do Carmam, e o lugar de Cazellas, e o de Outorella, e se chega à portella, de q̄ se descobre Carnachide na baixa proxima, em cuja descida esta hũa cruz de pao chamada do Barrun-

Planta de Lisboa, mostrando ainda parte das estradas de saída da cidade.



cheiro, onde se termina a legoa e meya: fica esta cruz distante da pr.^a casinha de Carnachide a parte da q^m da Ribeira, em \bar{q} he menos de hum quarto de legoa por oito centos e trinta e seis palmos.

3.^a ESTRADA DE BEMFICA

Principiando junto da escada da S.^{ta} Igr.^a Patriarcal e continuando pelas ruas dos Ourives de ouro, e dos Escudeiros, portas de S. Antam, estrada de S. José, S. Sebastiam da Pedr.^a, Palhavã, lugar de Bemfica, the o extremo do muro da qt.^a do Rangel proxima ao lugar da Porcalhota se termina a legoa e meya.

4.^a ESTRADA DE N. SNR.^a DA LUZ

Principiando na referida escada, e continuando como no caminho antecedente the a casa de Campo do Duque do Cadaval em Palhavã, e tomando a estrada à dir.^{ta}, Quinta das Laranjeiras, estrada de N. S. da Luz, Logar de Carnide, the a Ermida de S. José da quinta do Casal novo, na Costa da Payan ahi se termina a legoa e meya.

5.^a ESTRADA DE TELHEIRAS

Principiando na refferida escada, e continuando the S. Seb.^{am} da Pedreira, como nas antecedentes, se toma a estrada à dir.^{ta} das Casas do Provedor dos Armazés, e buscando Palma de Cima, se passa o logar de Tilheiras, e o Paço do Lumiar the a Cruz do Tanoeiro, de donde se toma a direita o caminho da Ulmeira, aonde se acha a quinta dos Lameiros, e adiante della hua encruzilhada de quatro caminhos, na qual se termina a legoa e meya. Dista essa encruzilhada da porta da d.^a quinta

dos Lameiros 88o palmos, e do principio da descida da costa de Odivellas 126o.

6.^a ESTRADA DO CAMPO GRANDE

Principiando na refferida escada, e continuando como nas antecedentes the o Rocio, se busca a Rua dos Canos, Portal da Mouraria, estrada dos Anjos, Chafariz de Arroyos, Porta do Cego, Campo pequeno, Campo Grande, Lumiar, calçada de Odivellas, the o Paineal das Almas, onde se termina a legoa e meya.

7.^a ESTRADA DA CHARNECA

Principiando na refferida escada, se continua o caminho no antecedente the o Chafariz de Arroyos; e tomando o \bar{q} medeya entre o de Campo Grande e o de Sacavem, se segue a estrada the o pocinho chamado o Pote de agoa; e passando a quinta do Vidiagal, e depois a Cruz de pedra, e depois outra de pau, em \bar{q} ha dous caminhos, se toma o da dir.^{ta} \bar{q} he o da Charneca; e passando todo o logar, \bar{q} tem no fim do Terreiro a direita ha Igr.^a de S. Seb.^{am} a mil palmos desta Igr.^a no portal da Fazenda de M.^a Jorge na estrada de Camarate se termina a legoa e meya.

8.^a ESTRADA DE SACAVEM POR ARROYOS

Principiando junto a S.^{ta} Igreja Patriarcal, e seguindo o caminho de arroyos, como nos antecedentes, se busca a porta da Igr.^a do Noviciato da Comp.^a, e dahi a Portella, e continuando o caminho alto de Sacavem, se termina a legoa e meya na porta da ermida de S. Jose das casas da quinta da Condeça de Alvor.

9.^a ESTRADA DE SACAVEM POR
MARVILA

Principiando junto à referida escada, e seguindo o caminho da Rua nova, porta da Misericórdia a parte da terra, e dahi beira mar the o Conv.^{to} de S. Francisco de Chabregas, estrada de Marvilla, poço do Bispo the o caminho à esquerda de S. Cornélio, Frag.^a dos Olivais, q.^{ta} de Lazaro Bomjardim, a q̄ se segue, a de D.^o Freire; na entrada desta se termina a legoa e meya.

Esta descrição das saídas de Lisboa, que oferece, segundo se nos afigura, tão valiosos subsí-

dios para o conhecimento da topografia e da topônimo da cidade e ainda de uma parte do que eram outrora os seus arrebaldes, hoje na sua quase totalidade nela integrados, guarda-se manuscrita no códice 505 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, uma Miscelânea de 237 folhas, indo a descrição desde a fol. 125 r. até à 126 v.

O texto não se encontra datado, mas podemos situá-lo entre 1716 e 1786, talvez mesmo entre 1716 e 1750. É posterior a 1716 porquanto nele se menciona, por diversas vezes, a Igreja Patriarcal e, como se sabe, foi pela Bula *In supremo apostolatus solio* de 7 de Novembro de 1716 que foi criada a Patriarcal de Lisboa (2).

O Convento de S. José de Ribamar. No sopé da colina passava a estrada de saída de Lisboa por Belem. A direita a ponte de Algés.





Planta da zona ocidental de Lisboa, mostrando parte das estradas e dos topónimos assinalados no manuscrito.

Além disso alude-se na descrição atrás publicada à ponte da Junqueira. A ela se refere Mário de Sampaio Ribeiro na conferência que consagrou em 1939 à rua do mesmo nome: «Ora no sítio da Junqueira havia uma ponte muito extensa sobre a foz do chamado Rio Seco, ponte que só desapareceu no último quartel do século XVIII quando se construiu o edifício da Cordoaria Nacional» (3).

Arthur Lamas, no estudo que consagrou a essa ponte, coloca o início das obras da Cordoaria em 1786 (4), e transcreve o seguinte trecho dos apontamentos de Rodrigo Vicente de Almeida: «PONTE DA JUNQUEIRA — Nos Almanques de Lisboa de 1782 a 1786 vem: O Cavaleiro de Lebzelttern (enviado ou plenipotenciário)

do *Emperador Rei da Hungria, mora no principio da ponte da Junqueira*». Nos seguintes diz só: «Na *Junqueira*» (5) e comenta: «Notou o autor que nos almanaques posteriores ao de 1786 se diz somente: na *Junqueira*, sem referência à ponte. É porque esta deixara de existir pouco tempo antes em virtude das obras da *Cordoaria*» (6).

Parece-nos portanto que a descrição em causa é posterior a 1716 e anterior a 1786.

Talvez possamos ainda precisar mais a sua cronologia. Lê-se, como vimos, na descrição da estrada de Belém, o seguinte: «estrada de S. José de Ribamar, deixando o convento à direita e as casas de Marco António até a Pontinha próxima chamada da *Morugem*». Mário de Sampaio Ribeiro, descrevendo precisamente esta área disse: «Saímos pois e tomemos pela antiga escadaria que, partindo das traseiras da hospedaria fradesca, descia em caprichosos lanços até a velha estrada de Paço de Arcos — escadaria que ainda subsiste embora por ela se não faça serventia. Chegados ao rez da água, sigamos sem nos deter até a meia laranja da quinta dos Palhas, com seu portão escoltado por bustos clássicos, ao estilo romano. Tem tradições esta grande propriedade que se estendia — e se estende ainda — até a antiga *Maruja*. Era nas costas do muro que a cerca pelo norte que corria a bica do vetusto chafariz da *Maruja*. O palácio é parte do século XVII e parte do seguinte. Desconfio que foi seu dono o célebre diplomata e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra del-Rei D. João V, Marco António de Azevedo Coutinho» (7).

Fica portanto confirmado que o Ministro de D. João V, o primeiro Ministro dos Estrangeiros que teve Portugal (8), foi na verdade dono desse Palácio, fornecendo-nos ainda este pormenor um importante subsídio para a cronologia da descrição que publicamos. Como Azevedo Coutinho faleceu em 1750 (9), parece-nos de concluir que ela

será anterior a essa data. Portanto teremos de a situar, com grande possibilidade de acerto, entre 1716 e 1750.

E já que nos debruçámos sobre este passo da descrição, esclareçamo-lo um pouco. Af se fala numa «pontinha». Em zona onde hoje não há vestígios de qualquer construção desse tipo nem das águas que ela venceria, poder-se-ia duvidar da veracidade do texto. Ora a Marquesa de Rio Maior, reportando-se aos finais do sec. XIX, conta-nos que «São José de Ribamar — onde hoje se alonga um jardim — era um pântano cheio de tábua e de juncos. O mar ia bater no Forte do Marquês de Belas, que actualmente se acha à beira da estrada» (9). Parece assim aceitável a existência da pontinha referida na descrição das saídas de Lisboa, descrição cuja veracidade não é portanto posta em causa por esse pormenor.

(5) *Colóquio sobre Urbanismo*, 8 a 21 de Março de 1961, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, pp. 450-1 (intervenção do Arquitecto Freitas

Desenho, sem data, talvez anterior a 1780, mostrando trechos das estradas de saída de Lisboa



Leal) e p. 459 (intervenção do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira).

(²) P. Miguel de Oliveira: *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª edição, Lisboa, 1958, p. 309.

(³) Mário de Sampayo Ribeiro: *Do Sítio da Junqueira*, Lisboa, 1939, p. 10. Trata-se do texto de uma conferência proferida em 8 de Junho de 1939.

(⁴) Arthur Lamas: *A Ponte da Junqueira* in «Arqueologia e História», Lisboa, 1923, Vol. II, p. 53. Trata-se de uma comunicação lida à Associação dos Arqueólogos Portugueses em 31 de Março de 1923.

(⁵) Rodrigo Vicente de Almeida: *Belem (Apontamentos literário-histórico-arqueológicos)* in «O Archeologo Português», Lisboa, 1913, Vol. XVIII, pp. 61-62. Segundo José Leite de Vasconcelos, que editou estes escritos, «Os presentes apontamentos ou curiosidades fazem parte duma copiosa coleção que o oficial da Biblioteca do Paço da Ajuda, Rodrigo Vicente de Almeida, de espírito investigador († 1902), ordenou por verbetes, com o título de BELEM, dispostos segundo os assuntos (topografia, cronologia, estabelecimentos pios, teatros, aulas, etc.), e deixou manuscrita; coleção que, havendo chegado às mãos da Ex.^{ma} D. Sofia Viterbo, por esta esclarecida Senhora me foi espontaneamente oferecida para *O Archeologo*» (*Idem*, p. 59, nota 1).

(⁶) Arthur Lamas: *A Ponte da Junqueira* in «Arqueologia e História», Lisboa, 1923, Vol. II, pp. 54-55.

(⁷) *Da Velha Algés* in «Boletim Cultural e Estatístico» da Câmara Municipal de Lisboa, Julho-Setembro de 1937, Vol. I, n.º 3, pp. 358-359. Trata-se do texto de uma conferência proferida em 10 de Dezembro de 1936.

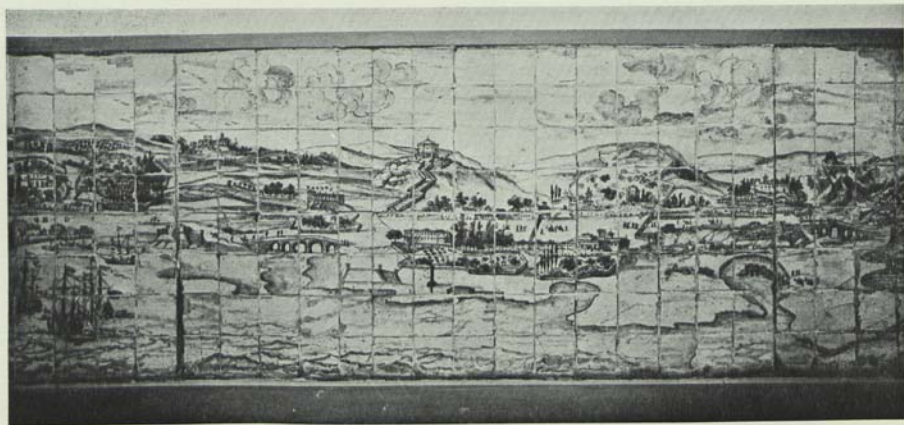
(⁸) *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, dirigido por Joel Serrão, Vol. I, p. 738.

(⁹) Branca de Gonta Colaço: *Memórias da Marquês de Rio Maior*, Lisboa, 1930, p. 7.



Planta onde se encontra o traçado da parte final da estrada de Belem

Alcântara e a Junqueira na panorâmica setecentista de azulejo. À esquerda a ponte da Junqueira e à direita a de Alcântara. Pelas pessoas e animais fica marcado o percurso da estrada de Belem



FRANCISCO
SANTANA

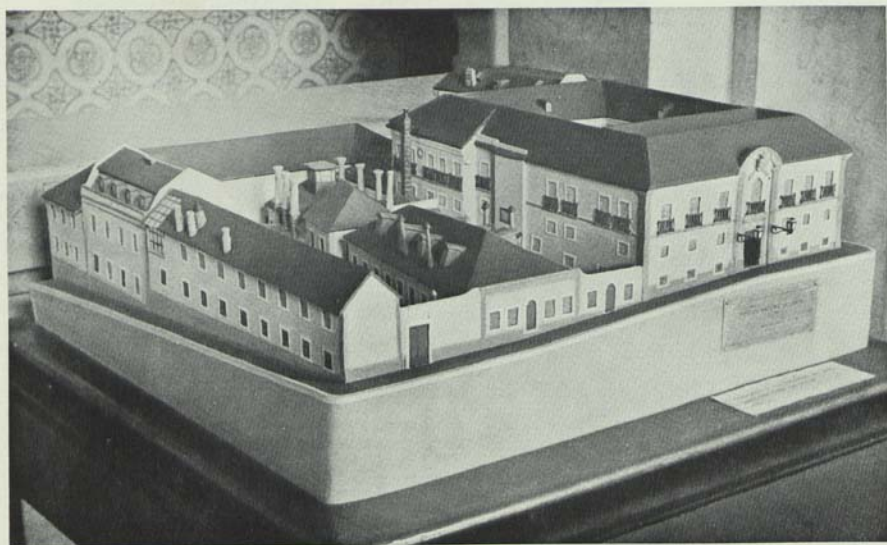


LOCAIS DE FUNCIONAMENTO DA AULA DO COMÉRCIO

No seu persistente esforço para incrementar e enquadrar a vida económica do País o futuro marquês de Pombal fez surgir um organismo, a Junta do Comércio, cujas largas atribuições vieram a ser consignadas nos seus estatutos. Entre elas a constante do número XVI: «Porque a falta de arrecadação, redução de dinheiros, de medidas e

de pezos, intelligencia de cambios e das mais partes, que constituem um perfeito Negoceante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reynos, se deve estabelecer por esta Junta, uma Aula (...)».

Dessa Aula, a Aula do Comércio, appareceram os estatutos em 19 de Abril de 1759, aprovados por alvará de 19 do mês seguinte. A João Henrique de Sousa, que virá a ser o primeiro lente da Aula, já fora comunicada a sua nomeação por aviso da Secretaria da Junta de 1 de Julho de 1758 (*). Em 31 de Maio de 1759 um edital torna público que se hão-de prover 50 lugares de aulistas e que podem os interessados apresentar as suas petições (**). E as



Edifício da Imprensa Régia (reprodução gentilmente autorizada pelo Ex.^{mo} Senhor Administrador Ramiro Farinha)

portas da nova escola, indispensável para a criação dos quadros de que careciam as actividades económicas e o sector administrativo, abriram em 1 de Setembro (?). Mas onde, onde é que essas portas se abriram? Tentemos dar resposta a esta pergunta, procurando apurar, com alguma probabilidade, qual terá sido o primeiro local de funcionamento da Aula e, depois, acompanhemo-la, ao longo dos seus 85 anos de existência, nas ou nalgumas das suas deambulações.

Não descurou a Junta o encargo que lhe fora cometido. Em 28 de Julho de 1757 fez subir a consulta seguinte: «Senhor. Para execução do Cap.^o 16 dos Estatutos da Junta, em que se manda abrir uma Aula de Comercio, se faz necessario levantar interinamente a Casa, na qual haja as devidas proporções, e commodos p.^o o referido intento: Como pela Junta se tem consultado a V. Mag.^o o fazerse construir sobre as paredes arruinadas do Palacio a Casa para o seu despacho, e o risco da Real Obra do Arsenal, e será de grande facilidade para a Inspeção encarregada á mesma Junta, a vizinhança da

referida Aula. Parece à Junta, que sobre as paredes arruinadas do Palacio, na parte em que se consultou (†) a V. Mag.^o a construção das referidas Casas, se pode também construir a Aula do Commercio para servir interinamente» (?). Não consta resolução régia desta consulta e, de qualquer modo, sabemos que as obras da Praça do Comércio não caminharam com celeridade sufficiente para que o sugerido na consulta pudessem ter tido concretização (?). Sugiramos agora uma hipótese: a de terem os primeiros aulistas assistido às preleções do seu mestre no edificio que antecedeu aquele onde hoje se acha instalada a Imprensa Nacional. Vejamos também em que poderá ela escorar-se.

De 23 de Janeiro de 1759 datam umas «Condições do estabelecimento da Escola da manufactura de Letras p.^o Imprensa» (?). Como introdução a essas condições diz-se: «Havendo Sua Magestade determinado por Resolução de vinte, e sete de Abril do anno proximo passado, tomada em consulta da Junta do Commercio (...) de vinte e quatro do mesmo mez, e

anno, que nas Cazas em que actualmente se fazem as Conferencias da mesma Junta, se estabeleça huma Escolla de manufactura de Letras para Imprensa; sendo o Mestre de referida Aula, Henrique Jozé Berliquinque (. . .)». E a primeira das condições propostas a Berliquinque e por ele accites era a seguinte: «Que a Junta mandará fazer prompta para habitação delle dito Mestre, o Quarto baixo das Cazas das suas Conferencias, que tem a serventia pelo Saguam, e comprehendendo seis cazas, as quaes lhe dá gratuitamente para a mesma Officina».

Matos Sequeira (*) localiza «defronte do Colégio dos Nobres» o prédio em que funcionava a Junta do Comércio e do qual, para funcionamento da recém-criada escola, era cedido o piso térreo. Trata-se da casa dos Soares de Noronha, fazendo esquina da Rua Direita da Fábrica das Sedas (a nossa Rua da Escola Politécnica) para a Travessa do Pombal (hoje, Rua da Imprensa Nacional). Este palácio, demolido entre 1895 e 1904 para dar lugar à edificação actual, é descrito, e historiados os seus possuidores, por Júlio de Castilho; é também o Mestre que estabeleceu a nobilitação da velha casa resultante de aí ter pousado o ilustre e infeliz D. Duarte, irmão de D. João IV (*).

Vimos, então, que em Janeiro de 1759 estava a Junta instalada no palácio dos Noronhas (18). Não é presumível que noutra localidade tenha funcionado nos dois anos seguintes. E, de 1762 a 1767, sabemos, através dos livros de lançamento do imposto da décima, que aí se encontrava (11).

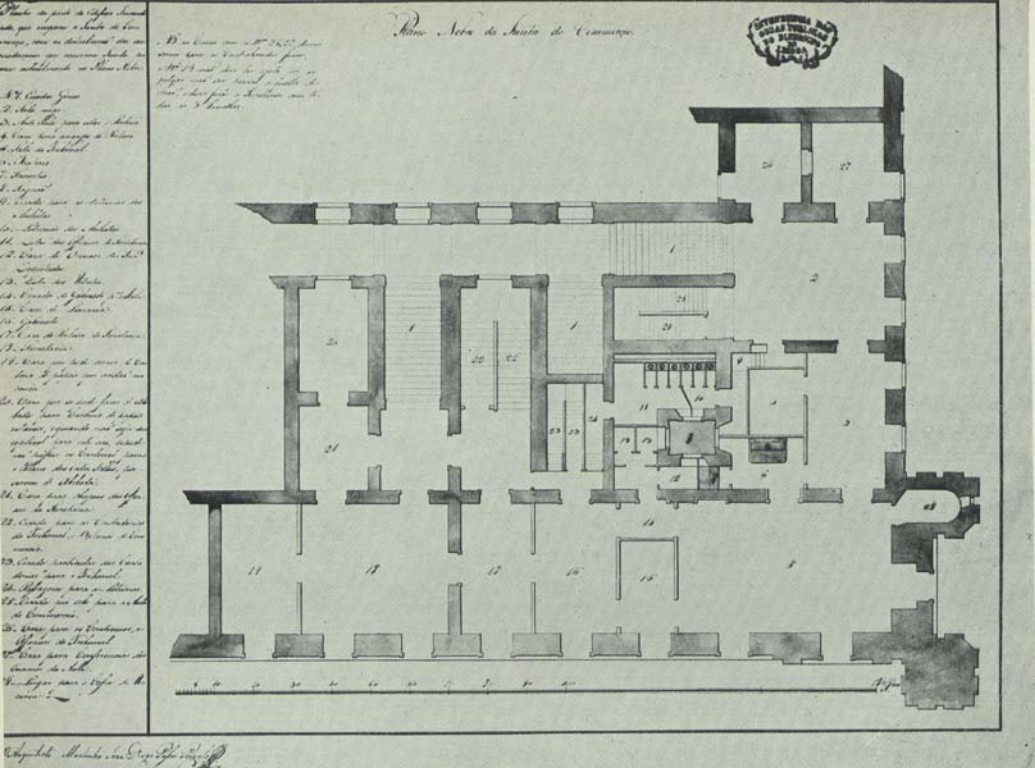
Em 1762, localizada na «Rua do Pombal Lado direito Principiando da Rua da Fabrica», encontramos uma «Propried. Nobre de D. Rodrigo Ant. de Noronha e Menezes», arrendada por 1250\$000; no lançamento respeitante a 1763 esclarece-se que a propriedade arrendada «serve de Junta do Commercio». Em 1769 (12) são já diferentes o arrendatário e a renda — «Propried.º de Dom Rodrigo de Noronha que consta de Cazas Nobres arrendada à Empressão Regia em settecentos mil rs».

Temos então a Junta do Comércio a funcionar no solar dos Soares da Cotovia pelo menos entre 1759 e 1768. Vimos como na consulta de 28 de Julho de 1757 era ponderada

a vantagem de a Aula funcionar na vizinhança da Junta. Isto já nos permitiria considerar como presumível que no mesmo edificio tivessem funcionado os primeiros cursos da Aula. Mas é possível tornar mais sólida esta presunção. Um aviso de 8 de Fevereiro de 1762, dirigido pela Secretaria da Junta ao lente, (13) determina-lhe medidas disciplinares contra alunos «que até chegarão a perder o horror á publicidade do vicio, armando jogos dos prohibidos em Logens de vendas públicas, e nas vizinhanças da Caza de despacho da Junta»; este facto nos confirma na probabilidade de que a Aula funcionasse, se não no mesmo edificio, ao menos nas proximidades da Junta. Mais decisivo é o facto de no edificio em que funcionava a Junta residir o porteiro da mesma, José dos Santos Leal (14), e de, até 1762, ano em que foi provido o lugar de guarda da Aula (15), ter Leal desempenhado também essas funções (16); ora, ainda que pouco exigentes pudessem elas ser, não é provável que fossem cumulativamente exercitáveis com as de porteiro da Junta, caso não funcionasse a Aula junto desta.

Findando 1768 a Junta do Comércio cedeu lugar à Impressão Régia. Para onde terá ido?

Um Autor já citado, Everard Martins, afirma: «O local onde funcionava a Aula não é ainda bem meu conhecido, dizendo pessoas competentes, consultadas, que deveria ter sido ou no Torreão do Terreiro do Paço, onde funciona a Bolsa de Lisboa, ou em sitio próximo do Café Martinho, que é coevo da mesma Aula» (17). Creio que a afirmação é pertinente, substituindo-se a disjuntiva por uma copulativa e precisando melhor qual seja o local «próximo do Café Martinho». Terá então funcionado a Aula no torreão oriental e na face Norte da Praça do Comércio (ou, melhor, como adiante confirmaremos, a Aula terá funcionado em edificio da face Norte da Praça do Comércio ao qual regressou depois de ter estado instalada no torreão). Confirmação destas afirmações encontramos-las dada por Pastor de Macedo e Norberto de Araújo (18) quando se referem à instalação da família real «no edificio contido, já antes de 1780, entre as Ruas Aurea e Augusta»; nele funcionavam «vários serviços públicos, como a Junta do Comércio e o Conselho da Real Fa-



Instalações previstas para a Aula (planta existente na Acad. das Belas-Artes)

zenda, os quais houveram de se transferir para outro edifício a fim de a Rainha com sua família se poder acomodar». E, citando Ferraz Gramoza, referem os AA. que a rainha ordenou «que se fizesse a acomodação da Junta no Torreão d'Alfandega»⁽¹⁹⁾. A família real veio instalar-se nesta sua intermitente residência em 22 de Agosto de 1780, di-no-lo a «Gazeta de Lisboa» de 25.

A Junta abandonou as alturas da Cotovia ao iniciar-se 1769 para se instalar no edifício de que foi desalojada em 1780. E, com ela, foi a Aula⁽²⁰⁾. Terão ambas permanecido no mesmo edifício até à instalação da família real?

Quanto à permanência da Aula nesse edifício temos um indício demasiado ténue, que é o que se nos depara em consulta de 20 de Dezembro de 1773⁽²¹⁾ sobre requerimento de Inácio da Silva e Matos, lente substituído da

Aula. Alegava este ter sido «obrigado a mudar-se para perto da mesma Aula, a fim de melhor satisfazer as suas obrigações». Ora, a partir de 1772 encontra-se Silva e Matos a morar na Rua do Ouro, bastante próximo do edifício que estamos a considerar⁽²²⁾. Em relação a 1776 há um aviso de 25 de Outubro⁽²³⁾ em que se faz referência aos aulistas «entrando, e sabindo da mesma Junta tumultuosa, e aceleradamente, sem attenderem, ou reverenciarem qualquer dos Deputados da mesma Junta (...) que encontrarem nos Lances das Escadas, nas Arcadas, ou em qualquer outro lugar». Apuramos que em 1776 a Aula funciona, com a Junta, em edifício que tem arcadas.

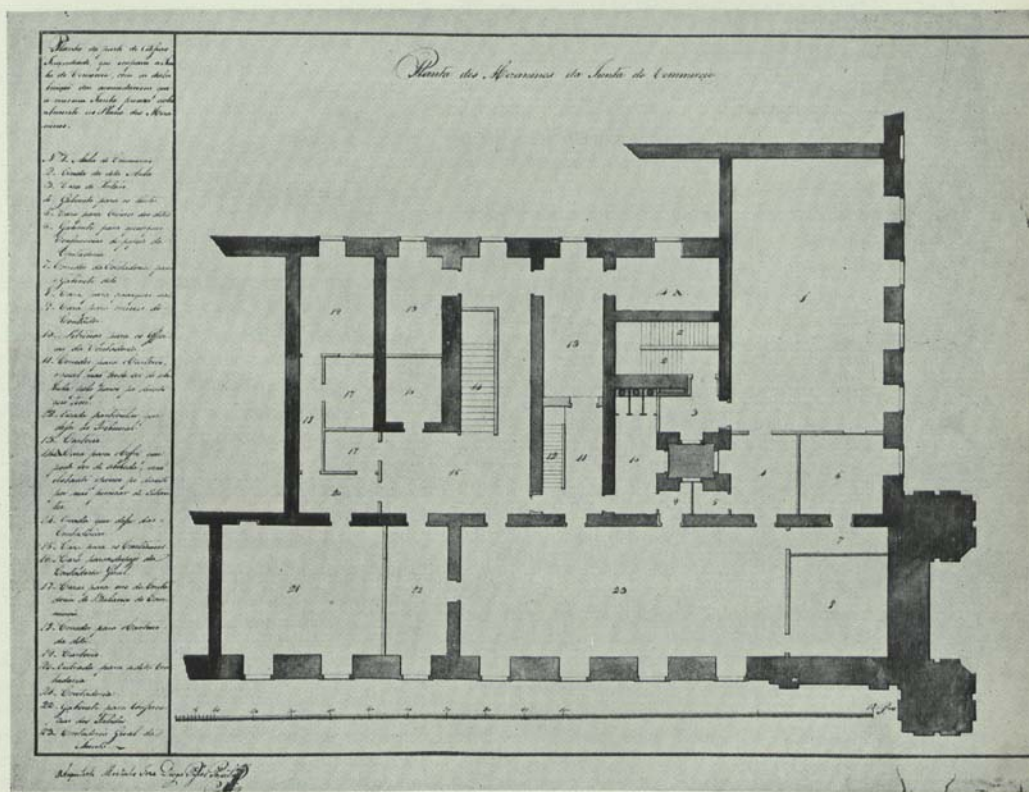
Uma certidão (a 4.^a e última) do que, da obra da Praça do Comércio e outras anexas, estava realizado em Março de 1768, quando morreu o segundo dos empreiteiros da referida obra⁽²⁴⁾,

esclarece que nessa altura já a tribuna da Aula (onde, segundo informa Ratton, quer D. José quer Carvalho e Melo muitas vezes assistiram aos exames) estava construída (25). Em 5 de Junho de 1769, data da certidão, ao fazer-se referência à construção do «corpo entalado entre a rua Augusta e a rua Aurea», aí se localiza a Junta do Comércio (com a Aula do mesmo comercio, cuja fica à parte do Norte do mesmo corpo, com face para a rua nova d'El Rey, e no pavimento de baixo della as cazas e loges de aluguer (...) e por cima da mesma Aula e cazas por detraz della na mesma frente do Norte, os seus mezaninos e agoas furtadas (...)» (26).

Temos pois a Aula do Comércio funcionando, logo ao principiar 1769, no edifício onde hoje se acha instalado o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com janelas para a Rua Nova de El-Rei e para a Rua Augusta, no 2.º andar («as cazas e loges de aluguer» situavam-se no 1.º andar e no piso térreo). Poderemos presumir esse, ininterruptamente, o seu local de funcionamento até ao ano da morte de D. José.

Em 13 de Novembro de 1777 faz a Junta do Comércio subir consulta em que expõe a necessidade de recomoçarem as aulas e refere: «Havendo Vossa Magestade, por Ordem verbal, participada pelo Conde da Ponte, determinado,

Instalações previstas para a Aula (planta existente na Acad. das Belas-Artes)



que a Junta (...) fizesse apromptar a Caza da sua respectiva Aula para na mesma se continuarem as sessões do Tribunal do Desembargo do Paço, durante o impedimento, em que se achava, a que lhes era destinada, pela construção da Varanda, em que se celebrou a Faustíssima Aclamação de Vossa Magestade; e ficando, em consequência da referida Ordem, até agora substituído o Curso daquelles Estudos, por não haver outra Caza com as commodidades, com que ésta para o mencionado fim fôra edificada (...). É achando-se finalmente já desembaraçada a Caza do referido Tribunal (...) para a qual parece, que não pode transmudar-se sem outra expressa ordem da Vossa Magestade, nestas circunstâncias deliberou a Junta pôr todo o expellido na Real Presença a fim de obter as providências, que sobre a proposta matéria forem mais do Real beneplácito, e Illuminado discernimento de Vossa Magestade» (27). Funcionava o Desembargo do Paço no edifício que constituía a face ocidental da Praça do Comércio e aí se construiu a tribuna em que, em 13 de Maio, se celebrou a «Faustíssima Aclamação». Isso significa que, talvez algum tempo antes, o necessário para a edificação da tribuna, o Desembargo se mudou para as instalações da Aula. Aviso de 17 de Março de 1778 (28) refere que aquele Tribunal ficaria na «Caza da Aula do Commercio» e que para esta era necessário encontrar novas instalações. Além de outros locais possíveis, sugere-se «o novo Torreão da Alfandega no Plano terreo, ou nobre (...)». Em representação de 22 declara a Junta optar «pelo dito Quarto do Torreão», por ter mais luz, (29) e um aviso de 30 leva ao seu conhecimento a decisão da rainha de que as aulas recomecem em 7 de Janeiro de 1779, instaladas «no Plano Nobre da Caza do Torreão da parte de Nascente» (30).

No torreão oriental da Praça do Comércio mas, na realidade, só cerca de um ano depois da data prevista, em 17 de Janeiro de 1780 (31), reabriram as aulas da 5.º curso que podemos admitir aí tenha terminado a sua acidentada vida. Com data de 9 de Novembro de 1780 são passadas as primeiras cartas de aprovação de aulistas deste curso (32). Mas em consulta de 25 de Se-

tembro de 1780 já a Junta representava (33) que, em consequência de aviso da Secretaria de Estado, de 11 de Agosto, «passou a mesma Junta com todas as suas Dependências a accomodar-se nas Casas do Torreão, em que se fazia a Aula do Commercio», duas grandes salas, uma no plano nobre, outra no dos mezaninos.

Assim como a Aula cedeu as suas acomodações ao Desembargo do Paço a Junta é, apressadamente, despejada para dar lugar à rainha. Mas como a Junta se sintia mal nas suas novas instalações, em 30 de Outubro o marquês de Angeja comunica a Anselmo José da Cruz a decisão régia de que a Junta «com todas as suas dependências haja de passar para a Caza que se preparou e estava destinada para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros» (34). Onde era essa casa? chegou a Junta a instalar-se nela? tê-la-á a Aula acompanhado? Destas interrogações, a que não consigo dar resposta, só consegue libertar-se uma certeza: a Aula do Comércio só a partir de 1 de Outubro de 1783, data de início do 6.º curso (35), tornou a necessitar de local para se instalar. Mas, de 1783 a 1795 não encontro o mais ligeiro indício de qual seja esse local.

Os almanaques para 1795 e 1796 dizem-nos que as «Aulas do Commercio» eram «junto ao Erário Régio». E onde se localizava este? «O Erário Régio estava onde sempre esteve, onde está hoje o Tribunal de Contas, e nunca daqui saiu», informam-nos peremptoriamente Luís de Bivar de Sousa Leão Guerra e Manuel Maria Ferreira (36), dissipando assim um erro corrente e avalizado pela autoridade de Castilho (37). O «hoje» dos AA. é 1950 (outro é actualmente o local onde se acha instalado o Tribunal de Contas) e o edifício é pelos mesmos nos seguintes termos descrito e localizado: «(...) o edifício do Erário, com o seu frontão e a sua varanda de cantaria sobreposta a um arco fechado por um portão monumental, enfrentava todo o largo» (do Pelourinho).

A Aula está, pois, ao menos durante dois anos, «junto ao Erário Régio», isto é, no edifício que, da face meridional do Largo do Pelourinho

se estende para Ocidente, ao longo da Rua do Arsenal. Tentemos, mediante hipótese dotada de certa plausibilidade, sugerir local mais cingidamente indicado.

Na sua parte mais ocidental é o quarteirão citado constituído por um corpo que obliqua no sentido NE-SO. Refere-se-lhe Vieira da Silva⁽³⁸⁾ nos termos seguintes: «No andar nobre dêste corpo do edifício havia uma vastíssima casa (72,8 × 18^m), a Sala do Risco, com o pé-direito igual à altura do primeiro e segundo andares do edifício (7,90), e que era o mais vasto e amplo salão de Lisboa»; «Nos princípios do século passado era esta sala designada por Casa das Formas, denominação que lhe provinha de ter sido ali estabelecida a aula de construção, desenho e traçamento de fôrmas (curso de engenheiros construtores navais), criada em 1796». Não será admissível que tenha sido na mais tarde chamada Sala do Risco, «junto ao Erario Regio», que tenha estado instalada a Aula? Criado em 1796, daí a teria desalojado o curso de engenheiros construtores navais; esta deslocação justificará que no almanaque de 1797 a Aula nos apareça localizada «no Paço da Praça do Commercio».

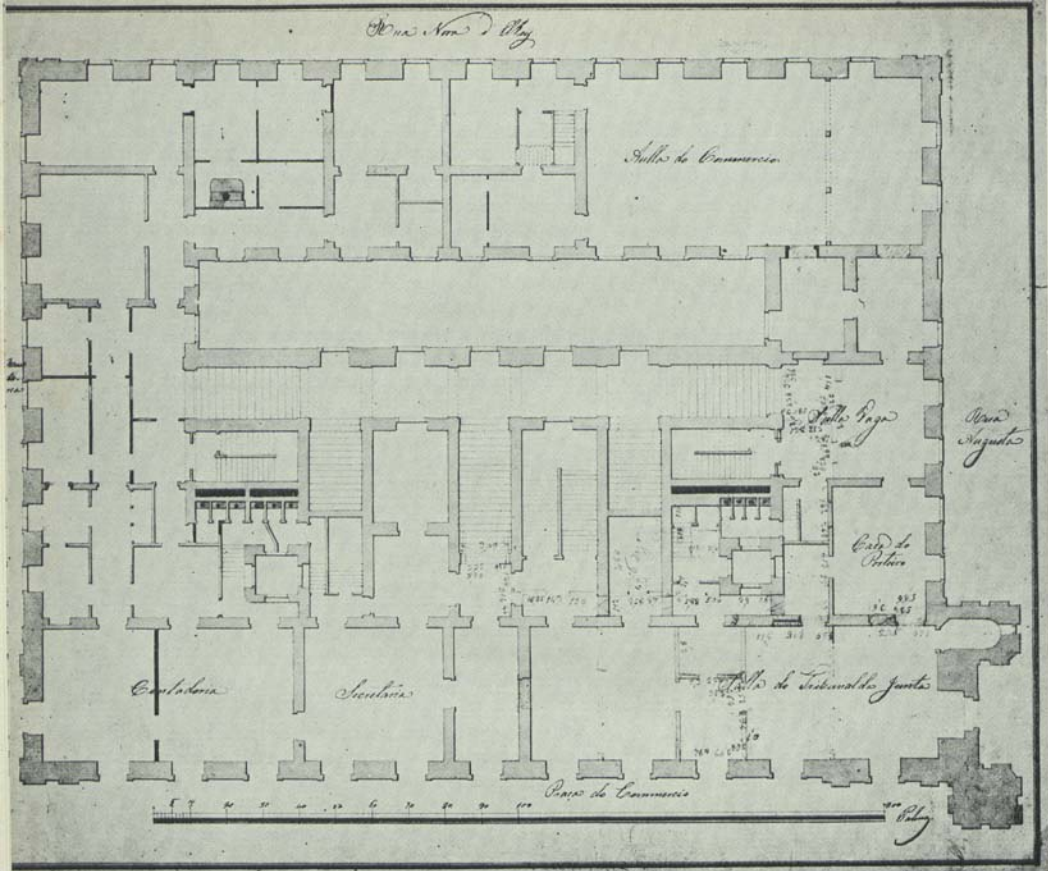
Parece, aliás, haver aqui uma «reação em cadeia». Pelos almanques se vê que, até 1793, eram nas Casas da Fundação, no Campo de Santa Clara, as aulas da Academia Real de Fortificação; nos almanques para 1794, 1795 e 1796, vêm indicadas «no Palacio Real da Praça do Commercio»; a partir de 1797 são no Palácio do Calhariz. Recorramos à «Gazeta de Lisboa» para precisar melhor os limites cronológicos. A 1 de Novembro de 1793 publica o seguinte aviso: «No dia 5 do corrente mez se hão de abrir as Aulas da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, de presente estabelecidas no Real Palacio de Lisboa, em hum dos quartos que tem serventia pela Praça do Pelourinho». Na de 15 de Outubro de 1796 refere-se que as aulas começariam a 20 e que a Academia «se mudou para o Palacio do Excelentissimo D. Alexandre de Sousa ao Bairro Alto». Foi sugerido que os construtores navais em 1796 tivessem feito transitar para a Praça do Comércio os aulistas do mesmo; parece também sugerível que esta mudança é que, por sua vez, tenha feito subir ao Bairro Alto a Academia de Fortificação.

Enxertemos mais uma tímida hipótese. A atepassada da nossa Academia Militar instala-se no paço da Praça do Comércio em 5 de Novembro de 1793; o exame geral do 8.º curso da Aula efectuara-se em 25 de Outubro⁽³⁹⁾. Como não pensar que tenha ido ocupar as mesmas instalações? E quando, em 10 de Novembro de 1794, se inicia o 9.º curso⁽⁴⁰⁾, a Aula vai para novas instalações, regressando em finais de para a residência régia da Praça do Comércio.

Resumamos os factos apurados ou as hipóteses avançadas: de 1759 a 1768 terá a Aula funcionado no Palácio dos Soares de Noronha; de 1769 em diante esteve na Rua Nova de El-Rei; daí é desalojada em 1777 (admitamos que em Abril) e aguarda até Janeiro de 1780 para conseguir local em que se instale e que é, desta vez, o torreão oriental da Praça do Comércio; menos de um ano aí permanecerá e, como a abertura de novo curso é diferida já para o ocaso de 1783, só nessa altura lhe terá sido concedida nova pousada. Aquela donde, por hipótese, será desalojada em 1793 pela Academia de Fortificação, «no Real Palacio de Lisboa, em hum dos quartos que tem serventia pela Praça do Pelourinho»? Talvez. Nesse caso, aí teríamos aproximadamente apurado um quarto local de funcionamento, algures na parte ocidental do edifício correspondente ao dos actuais Paços do Concelho.

Regressada em finais de 1796 ou, pelo menos, em 1797, ao paço da Praça do Comércio⁽⁴¹⁾, em que parte do mesmo se terá instalado? no corpo mais oriental, na sua antiga instalação da Rua Nova de El-Rei? vizinhando o Pelourinho? noutra parte do Palácio? Os almanques de 1798 a 1800 limitam-se a colocá-la na Praça do Comércio. O que, pelo menos, não invalida a possibilidade de nos inclinarmos para resposta afirmativa à primeira das perguntas formuladas. De facto, se não logo em 1796 ou 1797, a Aula acabou por regressar às suas instalações do quarteirão entre as Ruas Aurea e Augusta⁽⁴²⁾. Avancemos que é comprovável a sua presença aí no primeiro quartel do séc. XIX e passemos, efectivamente, a comprová-la.

O empreendedor e arguto Jácome Rattón escreveu, «pro domo sua», as «Recordaçõens» entre 1810, data do seu exílio, e 1813, ano da



Nestas suas instalações terá a Aula funcionado mais de 30 anos

edição da obra; encarecendo o apreço em que D. José I tinha a Aula, refere «que muitas vezes foi assistir aos exames dos alumnos com toda a sua Corte; para o que se construiu de proposito a tribuna que lá existe (...)». A mais límpida e menos contorcida exegese é a que nos leva a concluir que lá (na Aula) existe (em 1810) a mesmíssima tribuna em que a corte se instalava a apreciar a competência dos aulistas em matéria de «intelligencia de cambios e das mais partes, que constituem um perfeito Negoceante».

Passemos a 1817⁽⁴³⁾. Em relação a esse ano, refere o segundo visconde de Castilho o que classifica de «disposição singular»: tratava-se de «um aviso ao público, de que na quinta-feira

20 de Março se celebraria sessão solene, para ser lido o elogio histórico da recém-falecida Rainha, a senhora D. Maria I, na sala da Aula do Comércio, «que el-Rei Nosso Senhor, foi servido destinar para fazerem daqui em diante as assembleias públicas da Academia Real das Ciências». E, depois de assim ter citado a «Gazeta de Lisboa», interroga-se: «Porque seria isto? não tinha a Academia as suas salas? estariam em obras? e onde eram as da aula do Comércio? tudo perguntas a que não sei responder»⁽⁴⁴⁾.

Tentemos responder à última pergunta do grande olisipógrafo. Sebastião Francisco Trigo, vice-secretário da Academia Real das Ciências, na sessão pública de 24 de Junho de 1817⁽⁴⁵⁾,

Sebastião Trigoso e onde os aulistas seguiam as lições dos seus mestres.

Vimos atrás como as primeiras instalações da Aula neste edifício eram do lado da Rua Nova de El-Rei, no 2.º andar que é precisamente o do plano (48) desenhado na planta referida por Castilho. Essa localização é confirmada por outra planta que também se reproduz (49); embora não seja indicado o piso a que corresponde, é evidente que não pode ser o térreo ou o dos entressolhos (1.º andar do lado da Rua Nova de El-Rei), sendo, portanto, ou o piso nobre ou o dos mezaninos (2.º e 3.º andar da face Norte do edifício).

E, finalmente, a comprovação de que em 1821 a Aula se achava no quarteirão entre a Rua Augusta e a Rua do Ouro.

Folheando uma coleção de «O Patriota», encontraremos no n.º 206, de 12 de Junho de 1821, em referência ao dia 10, esta declamação: «Memorável será este dia para os Lisbonenses!!! Virão entregues às devoradoras chamas huma parte do mais bello Edifício da sua Cidade!» E o jornalista indica que, entre outros organismos, aí funcionava a Junta do Comércio. O «Diário da Regência» (50) transcreve aviso em que é localizado o incêndio «no quarteirão da Praça do Commercio, entre a rua Augusta e a Rua Aurea».

Um officio dirigido em 19 de Junho de 1821 por Duarte José Fava a Manuel António Velez Caldeira Castelo Branco (51) confirma-nos que à data do incêndio a Aula funcionava na sua mais estável pousada e, ao mesmo tempo, para onde ela se transferiu. É o seguinte o seu texto: «Havendo a Regencia do Reino Determinado que no Convento de Nossa Senhora da Boa-Ora de Lisboa se acomode a Aula do Commercio (...) em lugar de o ser no edificio do Real Collegio dos Nobres, como se tinha deliberado (...) preveni hoje o Vigario Geral desta Superior Resolução, e o participo a V. S. para que fazendo-o assim constar na Junta do Commercio possa ter efeito o arranjo da Aula naquelle Convento».

Posta de parte a hipótese de regresso ao sítio do Pombal, temos então a Aula instalada no convento da Boa-Hora. E, admita-se que ininterruptamente, por cerca de três anos.

Uma consulta de 23 de Julho de 1822 (52) refere-se a «desuzada bulha feita por alguns Discipulos» que se achavam nos «Claustros do Convento em que se acha a Aula do Commercio». Outra, de 23 de Outubro de 1823 (53), refere que «interinamente se conserva ainda hoje a Aula do Commercio no Convento da Boa hora (...)». Em finais de 1823 começa a pôr-se o problema da escolha de outro local para que no convento se instalasse o quartel do Corpo dos Voluntários Reais do Comércio. E temos, finalmente, o seguinte officio do intendente das Obras Públicas, datado de 18 de Agosto de 1824: «Remetto a Chave da Caza do Edificio Novo da Real Praça do Commercio por baixo das Sallas em que existe a Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda; cuja Caza Sua Mag.º tem destinada para a Aula do Commercio para que a Real Junta se sirva de mandar remover para ali a dita Aula que na conformidade das Reaes Ordens deve desocupar os commodos de que se está servindo no Convento da Boa Hora». Em 19 e em 23, respectivamente, a Junta officia para o lente Ricardo Frois, mandando-lhe a chave e ordenando a mudança, e para o intendente das Obras Públicas, participando estar a mudança feita (54).

No «Edificio Novo da Real Praça do Commercio por baixo das Sallas em que existe a Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda» temos, pois, a Aula instalada em Agosto de 1824.

Onde estivesse instalada a Secretaria de Estado e qual fosse o «Edificio Novo» é-nos esclarecido por uma informação do brigadeiro Duarte José Fava, datada de 21 de Julho de 1823. Em 16 a Comissão da Fábrica das Sedas, tendo-lhe sido determinado «pozesse em pratica varias providencias relativas à Real Fabrica de Louça, e sendo huma dellas dar extração à manufactura, estabelecendo Armazém de Venda em lugar apropriado (...)» pede um qualquer armazém pertencente à Fazenda «situado entre a extremidade da Ribeira Velha, e Nova». Mandado informar, o brigadeiro Fava sugere que o mais indicado «he aquelle em que se vendião os Diarios das extinctas Cortes no novo Edificio da Praça do Commercio, por baixo da Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda, com duas

pórtas, das quaes huma está convertida em jenella, ambas para a Rua dos ourives da prata» (55).

Esta localização é a que melhor corresponde à aproximada indicação, já citada, de Everard Martins. Já ma sugerira, aliás, num gesto cativante de amabilidade e companheirismo, um illustre investigador, o Ex.^{mo} Senhor Luís de Bivar Guerra. Neste local podemos supô-la instalada até 1844, ano em que, integrada no Liceu de Lisboa, vê findar a sua existência autónoma.

De 1834 encontra-se pouco esclarecedora referência à vizinhança da Aula com o armazém da Fábrica da Louça. Expunha o conselheiro administrador da Fábrica das Sedas e Obras das Águas Livres «que em quanto o Governo Usurpador não transtornou a economia da Fabrica da Louça, sempre esta teve hum armazem de venda na Cidade baixa (...) e que existindo junto ao Armazem de venda das Sedas da Fabrica hum vão de escada sufficiente para ter ali alguma louça (...) e não ser precisa aquella escada para serventia da Aula do Commercio que tinha outra, de que se servia. Pedia ao Mesmo Augusto Senhor que lhe mandasse pôr à sua disposição o mencionado vão de escada, com o patim, cjenella, que tinha, fechando-se a porta interior que dava entrada para a caza da sobredita Aula, e aos Lentos, que se servissem pela outra escada, que deitava para Debaixo da Arcada» (56).

É bastante provável que a Aula continuasse instalada no edifício formando a esquina ocidental da Rua da Prata com o Terreiro do Paço. Os almanques de 1840, 1841 e 1843 limitam-se a localizá-la na Praça do Comércio, sem mais especificações, e o «Manual Descriptivo de Lisboa, e Porto», de João Chianca (57), só acrescenta que está situada «do lado norte».

Embora anexada ao Liceu de Lisboa em 1844, continuam a designar como Aula do Comércio a agora Secção Comercial quer Chianca, quer o almanaque de 1848, que também a situa na praça onde, por direito, a velha escola vira decorrer a parte maior da sua existência.

Com essa mesma denominação e situada no extremo ocidental do quarteirão da Praça do Comércio situado entre a Rua Augusta e a Rua Bela da Rainha a assinala, sob o n.º IV, uma planta de Lisboa publicada em 1853 e existente no Museu da Cidade.

Pode levar-nos a considerar provável que no edifício já referido a Aula tenha estado instalada durante os últimos vinte anos da sua existência o verificarmos como aí se manteve a sua sucessora, a Secção Comercial, e como aí se achava quando, em resultado da sua fusão com o Instituto Industrial, passou para o Paço da Madeira, à Boavista.

Dá-nos esta informação um estudante que frequentou a também chamada Escola de Comércio e foi completar a sua preparação «no Instituto Industrial, ao Largo do Conde Barão» (58). Mais meticulosamente localiza a sua velha escola, «que funcionava na sobreloja da Arcada do Terreiro do Paço e 1.º andar para a Rua da Prata».

Assim, da sua instalação provisória na casa dos Soares de Noronha às instalações que expressamente lhe foram destinadas e a outras que por mais ou menos tempo se aboletou, acompanhámos a útil e prestigiada escola por mais de três quartos de século. O plural utilizado é, fatalmente, majestático, uma vez que não deverá aí haver leitor com paciência de tal modo sólida e espertina tão afritivamente teimosa que possa ter atingido o final destas estiradas páginas. Mas, de qualquer modo, os elementos estavam colhidos, as conclusões possíveis tiradas, as dúvidas irreduzíveis postas e, procurando justificação em Daudet, «quand le blé est mûr, il faut le couper; quand le vin est tiré, il faut le boire».

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório da Junta do Comércio, L.º 105, f. 209 v.

(2) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 106, f. 85.

(3) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 328, f. 15. A data é já indicada em muito interessantes trabalhos acerca da Aula, elaborados pelo Ex.^{mo} Sr. Everard Martins e pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário de Azevedo (que também cita e utiliza o L.º 328).

(4) Consulta de 21/7/1757 (cfr. ANTT, Cart. da Junta do Comércio, L.º 105, f. 1).

(5) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 105, f. 1 v.

(6) Só em 26/6/1759 se lavra a escritura da obra da Praça do Comércio (Cfr. ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 106, f. 23).

(7) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 106, f. 45 v.

(8) In «Depois do Terramoto», Vol. I, p. 430.

(9) In «Lisboa Antiga — O Bairro Alto», Vol. V, p. p. 50/65.

(10) Onde, aliás, já estava em 26/6/1758 (cfr. consulta da Junta do Comércio registada a F. 187 do L.º 105), data em que se alega que as fazendas apreên-

didadas aos falidos melhor que no Depósito Público seriam acomodadas nas «Casas de D. Rodrigo António de Noronha, que a Junta tem alugado para as suas Conferências»; onde já estaria em Abril do mesmo ano, como se deprende do transcripto das «Condições do estabelecimento da Escola da manufactura de Letras p. Imprensa». E onde (o que mais interessa ao nosso caso) continuaria em finais de Junho de 1759, quando é lavrada a escritura da obra da Praça do Comércio.

(11) Arquivo do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Santa Isabel, Livros de Arruamentos, anos de 1762 a 1767.

(12) Não há livros de registo da cobrança da décima na freguesia de anta Isabel respeitantes a 1768.

(13) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 108, f. 149.

(14) Cfr. Livros da Décima.

(15) Provimto comunicado aos lentes por aviso de 9/8/1762 (ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 109, f. 46).

(16) Cfr. consulta sobre requerimento seu a fls. 142 do L.º 113 do Cartório da Junta do Comércio.

(17) In «A Aula do Comércio (1759)», p. 13.

(18) In «Casas da Câmara de Lisboa», p. p. 118 e 119.

(19) Adiante se verá que a Junta e a Aula não estiveram simultaneamente instaladas no torreão e que esta precedeu aquela de mais de três anos.

(20) Em aviso dirigido em 21/11/1768 pela Secretaria da Junta à Companhia do Grão-Pará (ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 112, f. 31 v) comunica-se: «Sua Magestade foy servido ordenar, que a Junta do Commercio (...) no dia primeiro de Janeiro de 1769 principiasse a sua habitação nas Casaz para esse effeito edificadas na Praça do Commercio; e que no mesmo dia se estabelecesse no referido Edifício a Aula do Commercio (...)».

(21) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 115, f. 107 v.

(22) ATC, Déc. da Cid., S. Julião, Arr. (aliás, e em relação à permanência na Casa dos Soares de Noronha, indicio de igualmente modesto valor nos fornecem os livros da Décima de Santa Isabel de 1762 a 1765, registando a residência em prédio muito próximo do abade Carlos Francisco Garnier, «Lente de Língua Franceza na Aula de Comercio»).

(23) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 117, f. 218 v.

(24) Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Coleção Vieira da Silva.

(25) Na p. 52 v, regista-se «O trabalho, ou feito de quatro pedesteas de madeira debaixo dos pilares de viga que sustentão a tribuna da Aula do Commercio; dous delles livres, e os outros de encosto (...)». Sugere-se a observação da planta reproduzida em que estão assinaladas as instalações da Aula; é perfeitamente localizável a tribuna, assente sobre pilares «dous delles livres, e os outros de encosto».

(26) F. 4 v.

(27) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 118, f. 95 v. De aviso registado a F. 82 se deprende que, para as decurias, também existiam instalações no 3.º andar, na parte ocidental do edificio.

(28) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 118, f. 139.

(29) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 119, f. 36 v.

(30) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 119, f. 40.

(31) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 119, f. 165. O curso iniciara-se em 21/8/1776.

(32) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 328, f. 36.

(33) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 120, f. 38 v.

(34) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 120, f. 62 v.

(35) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 121, f. 169 (aviso de 12/8/1783).

(36) In «Catálogo do Arquivo do Tribunal de Contas», p. 20.

(37) Cfr. «Lisboa Antiga — Bairros Orientais», Vol. X, p. 73.

(38) In «As Murallas da Ribeira de Lisboa», Vol. II, p. p. 206 e 207.

(39) Como se refere a p. 30 de um livro de «Assentos dos Exames Geraes dos Praticantes do Septimo Curso», existente no Liceu de Passos Manuel e cuja consulta foi gentilmente proporcionada pelo Ex.º Reitor.

(40) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 129, f. 92 (edital de 5/11/1794).

(41) Que, recordemo-la, era constituído pelo quartelão do Ministério da Justiça, pelo Ministério do Interior e pela Câmara Municipal, o primeiro ligado por um passadiço ao segundo, e este constituindo um corpo com o terceiro, dado que não estava aberta a Rua Henriques Nogueira.

(42) E, de facto, talvez tenha regressado logo nessa altura. O abandono do palácio pela família real permitiu, em 1796, o regresso do Senado da Câmara às suas antigas instalações (cfr. «Casas da Câmara de Lisboa», pág. 126); julgo que a mesma afirmação se poderá fazer em relação ao Conselho da Fazenda (ANTT, Próprios Nacionais, L.º 236, F. 40) e, presumivelmente, à Aula.

(43) Na página 26 da introdução ao tomo 14 do «Teatro de Manuel de Figueiredo» (ed. de 1815) Francisco de Figueiredo refere a presença da Aula na Praça do Comércio, mas sem precisar em que edificio.

(44) «Lisboa Antiga — O Bairro Alto», Vol. III, p. 92.

(45) Cfr. o Tomo V (Primeira Série) das Memórias da Academia Real das Ciências.

(46) «Lisboa Antiga — Bairros Orientais», Vol. X, p. 71.

(47) ANTT, Legado Júlio de Castilho, Pasta 12.

(48) Dado que era no andar nobre que existia o passadiço indicado, estabelecendo ligação, sobre a Rua do Ouro, com o edificio onde hoje está instalado o Ministério do Interior; Cfr. Vieira da Silva, ob. cit., Vol. I, p. 200.

(49) Academia das Belas-Artes, Gaveta 4, Pasta 36, n.º 736.

(50) N.º 139, de 13/6/1821.

(51) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 149, f. 43.

(52) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 152, f. 93 v.

(53) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 153, f. 174.

(54) ANTT, Cartório da Junta do Comércio, L.º 156, f. 18, 18 v. e 20 v.

(55) Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Junta do Comércio, maço 22. Neste mesmo maço encontra-se uma consulta de 20/3/1824 em que a Direcção da Real Fábrica das Sedas e Obra das Águas Livres ainda pede «o armazém que servio de vender os Diarios das extintas Córtes, situado na Rua Bella da Rainha, e lado oriental do quartelão do Terreiro do Paço (...)».

(56) AMOP, Junta do Comércio, m. 6.

(57) Ed. de 1845, p. 82.

(58) «Memórias de Artur Lobo d'Ávila», 1946, p. 18.

OS CASEBRES DO LORETO

UMA LEGENDA VIVA NA LISBOA DE OUTRAS ERAS

Este tema, focado em diversos trabalhos, que distintos homens de letras compuseram, e que por nós também já foi aproveitado (1), continua a chamar a nossa atenção, impelindo-nos para uma concatenação que fizesse realçar os dotes históricos do fundador da nobre Casa do Loreto, tornado grande pela sua acção patriótica, e que, por uma série de circunstâncias, a acção corrosiva do tempo, a catástrofe sísmica que nos surpreendeu em 1755 e o persistente abandono a que os homens a votaram, se transformou em miserando casebres.

O local escolhido para a implantação da histórica moradia, alargava-se em espaçosa cinta, limitada pelas denominadas Rua do Loreto, Travessa dos Gatos, Rua da Horta Seca e Largo das Duas Igrejas. Do lado da Rua da Horta Seca já se cavava na topografia do terreno o desnível até hoje mantido e se estende até ao cabeço da Rua do Alecrim, noutros tempos designada por Rua do Conde (?), isto porque, em tal artéria, donde se desfrutavam curiosas fainas fluviais, viveu o Conde de Vimioso, antes de disputada pelo barão de Quintela.

Quanto à Travessa dos Gatos, não se vá pensar que a toponímia nasceu, naturalmente imposta pelos numerosos elementos da raça felina, que por aí pululavam. Nada disso — dizem os entendidos. Esse *assentamento*, certamente *apadrinhado* pelo homem da rua, proveio da existência de uns tantos *gatos de ferro* que sustentavam o equilíbrio de velhas paredes em ruína, aquelas que ladeavam a tal Travessa dos Gatos.

Obedecendo a um sentido orientador, só mais para diante falaremos do rincão lisboeta onde nos fixámos, um lugar mui pródigo em notas fulgurantes da vida popular alfacinha, e que, além de tudo, acolheu a estátua erigida em honra do grande épico nacional.

*
* *

A morada de que vamos tratar, é uma edificação seiscentista, talvez do ano 1651, e deveu-se ao 3.º conde de Cantanhede, um fidalgo de alta linhagem, componente de uma família, cuja re-

cuada ascendência se atribui a D. Fruela 2.º, rei de Leão e Astúrias. Entraram em Portugal, pelos anos 1200, D. Afonso Teles de Meneses e seu irmão D. Fernão Teles de Meneses, aos quais D. Sancho I admitiu no seu exército e fez grandes mercês. D. Afonso, casou, em 2.ª nupcias, com D. Teresa Sanches, filha bastarda do rei e da célebre e formosíssima D. Maria Pais Ribeira, a Ribeirinha.

A origem do condado, por graça de el-rei D. Manuel (carta de 5 de Maio de 1512), deu-se com D. Pedro de Meneses, alferes-mor do mesmo soberano. O seu bisneto, de igual nome, 8.º senhor de Cantanhede, 2.º conde de Cantanhede, foi presidente do Senado da Câmara de Lisboa, de 1639 a 1643, e foi depois de tal nomeação régia, no tempo de Filipe III, que os Meneses mais se fixaram em Lisboa. Faleceu em 1644.

O 3.º conde de Cantanhede (de seu nome civil D. António Luís de Meneses), o titular, que bem mereceu de D. Afonso VI a elevação a marquês de Marialva (carta régia de 11 de Junho de 1661), reservando-se o título de conde para os primogénitos, contraiu matrimónio em Julho de 1635, com D. Catarina Coutinho, filha de D. Manuel Coutinho, senhor da Torre do Bispo. Para sua residência, os nubentes escolheram o palácio de Alcântara, cuja grandeza histórica é bem conhecida (*), havendo notícia de que aí permaneceram até 1640, mas desconhece-se onde moraram até àquele ano de 1651.

Nascido D. António a 13 de Dezembro de 1608, faleceu em Lisboa, em 1675, com 67 anos de idade, deixando como herdeiros os seus 9 filhos, dois dos quais pertencentes ao sexo masculino (*).

A sucessão das Casas Cantanhede e Marialva e a investidura nos títulos de seus maiores, fez-se naturalmente, até que se deu o falecimento do 6.º marquês de Marialva (D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho), na altura em que representava o nosso Monarca, na Corte de Luís XVIII. Como não deixasse herdeiros legítimos, os vínculos da dupla gerarquia, ligada, entre outras, às Casas dos marqueses de Louriçal e Condes da Ericeira, entraram na Casa dos duques de Lafões.

*
* *

O 3.º conde de Cantanhede veio ao mundo em pleno domínio castelhano. Filho de um grande português, fora crescendo num ambiente todo de amor à Pátria, com os olhos postos na hora da Restauração, chegou a general em chefe do exército português, durante a guerra dos 27 anos.

De geração quase paralela à do duque de Bragança D. João (o futuro rei nascera em 1604), do qual se tornara amigo e companheiro, tomou parte nas principais conspirações, emparceirando no número dos 40 conjurados, que D. Antão Vaz de Almada capitaneou e que concorreram plenamente para o triunfo da restauração de 1640 e que, numa atitude decidida e cheia de bravura, na célebre manhã do 1.º de Dezembro, entraram no Paço da Ribeira, destituíram a duquesa de Mântua, então regente do Reino, e retiraram todos os poderes de que se achava possuído, o traidor Miguel de Vasconcelos.

Na eloquente cerimónia da coroação de D. João IV, em 15 Dezembro do ano da reconquista, o presidente do Senado, pai do ilustre fidalgo, fez a entrega das chaves da cidade ao novo soberano, acto a que se seguiu o cortejo que se formou a caminho da Sé Patriarcal, onde se celebrou um solene *Te-Deum*, cabendo ao 3.º conde de Cantanhede, uma das varas do pálio.

Foi este titular o fundador, em 1680, do Convento de S. Pedro de Alcântara, para o qual, após a sua morte, foi trasladado o corpo, ficando depositado à entrada da igreja. A comunidade era constituída pelos religiosos arrábidos, e, depois, foi recolhimento de órfãs, filhas de irmãos da Confraria da Misericórdia de Lisboa, onde se instala o Instituto Paiva de Andrade, dirigido por freiras, e onde funciona um curso de Assistentes Sociais Auxiliares.

*
* *

Sempre em contacto com os homens de armas — vivia-se a intranquilidade da época, ligada ao pensamento de assegurar a consolidação da independência de Portugal restaurado — e porque

comprovava insistentemente o seu valioso préstimo, o 3.º conde de Cantanhede não deixava de estar em foco.

Os anos que se seguiram, a partir do vitorioso dia 1.º de Dezembro de 1640, foram de constante inquietação e de lutas com Castela, em que os portugueses quase sempre levaram a melhor.

Os sessenta anos do domínio espanhol empobreceram a raça lusitana. Definham-se as Artes, as Ciências e as Letras. Só o instinto de heroicidade não morreu. Retinha-se o ardor patriótico. Aguardava-se o momento da desforra.

Assim germinou o espírito guerreiro, que a toda a hora se manifestava. O 3.º conde de Cantanhede foi um dos mais afoitos e valentes, e por isso consagrada e apreciada, a sua arte de conduzir a guerra.

Na prodigiosa *Batalha das Linhas de Elvas*, considerada a de maior glória para os portugueses, revelou-se, de forma notável, o conde de Cantanhede, cometendo o mais assinalado feito heróico, ao lado de D. Sancho Manuel, que era então o governador da poderosa praça de Elvas. Reunindo em Estremoz todas as forças disponíveis, marchou para o campo de batalha, três dias antes da vitória, alcançada pela manhã de 14 de Janeiro de 1659, contra o exército castelhano, constituído por tropas mais numerosas e melhor adestradas, comandadas por D. Luís de Haro, marquês del Carpio, o melhor general daquele tempo, que desde 22 de Outubro de 1658 conservava a praça cercada.

Já em 1645, um grande exército castelhano pusera cerco a Elvas, sendo repellido valorosamente pela guarnição e obrigado a levantar o sítio e retirar vergonhosamente.

Como mercê real, D. Sancho Manuel recebeu de D. Afonso VI o título de conde de Vila Flor e a D. D. António Luís de Meneses foi concedida a elevação a marquês de Marialva.

De tal forma se manifestou o nosso espírito heróico, que mereceu ao sábio Inocêncio Francisco da Silva um honroso artigo, ilustrado com o retrato do 1.º marquês de Marialva (*).

Foi desta forma que esse benquista Mestre deu início à sua riquíssima prosa:



«Bafejados pela fortuna, que na passada campanha de 1657 se lhes mostrara assás própria, abrindo-lhes no Alentejo as portas de Olivença e de outras praças de menos importância, tiveram para si os castelhanos ser chegado o tempo de emprender com igual successo feitos de maior alcance. Determinaram no ano seguinte apoderar-se de Elvas a todo o custo, certos de que a conquista desta praça lhes traria a do reino inteiro, e com ela a vingança dos revezes sofridos nas passadas eventualidades. Assim conseguiriam apertar de novo, e para sempre, aos pulsos portuguezes os grilhões tão heróicamente despedaçados no memorável 1.º de Dezembro de 1640.»

Assim não foi, para honra e glória de todos nós.

Outra vez, nas plagas alentejanas se bateram os nossos soldados, comandados pelo conde de Vila Flor, contra os castelhanos, capitaneados pelo filho bastardo de Filipe IV, D. João de Áustria, cabo de guerra com longo treino, por países estrangeiros. O objectivo era Évora, essencialmente. A adversidade estava connosco, e, após grande luta e actos de valentia, acabámos por perder essa magnífica praça, na data de 22 de Maio de 1663.

Não tomara parte o marquês de Marialva. Apesar disso, veremos, mais para diante, como o fidalgo foi atingido no seu brio e na sua honra de comprovado patriota.

A Batalha do Ameixial foi ganha em 7 de Junho de 1663. E para essa vitória, muito contribuiu o marquês de Marialva, então governador da Estremadura, com um grande contingente de voluntários, organizado em Aldeia Galega do Ribatejo.

Muito pouco tempo depois, ou seja no dia 24, Évora foi recuperada.

A decisiva vitória dos portuguezes, na Batalha do Ameixial, ficou ligada a uma cerimónia religiosa, decorrida na cidade de Lisboa. Andava pelas ruas, em procissão, o riquíssimo andor com a imagem de Nossa Senhora da Vitória, que saíra da capela erguida em sua invocação, no ano de 1556, e tendo D. Afonso VI conhecimento do felicíssimo feito, o atribuiu logo à intercessão da Virgem. E por isso o Monarca se proclamou seu

feudatário, oferecendo anualmente a Nossa Senhora 4 arrobas de cera, dádiva que foi respeitada pelos sucessores na Coroa.

*
* *

De então para cá, os bons fados não nos abandonaram. Com a superioridade numérica do nosso exército e o ardor patriótico sempre crescente, o marquês de Marialva chegou a invadir a Espanha, tomando primeiro Valência de Alcântara, na data de 18 de Junho de 1664, e depois outras terras.

Mas as lutas prosseguiram sempre, entre portuguezes e espanhóis, até que, em 1668, se estabeleceu o Tratado de Paz, assinado pelas duas nações.

*
* *

É agora que vamos falar, embora sucintamente, dos reflexos que teve em Lisboa, a adversidade sofrida em Évora, pelas nossas tropas, e da influência directa dos desmandos populares, nas pessoas do marquês de Marialva e de sua família.

Logo que, aqui, foi conhecido o desolador acontecimento, o povo humilde, profundamente desgostoso, agitou-se, excitou-se, e vá de fazer empolar a rebelião nascente, que na manhã seguinte tomou graves proporções.

No Paço passou a reinar a inquietação e o sobressalto. Os amotinados percorriam as ruas em tumultuosa attitude, dirigindo-se em assalto até às moradas dos grandes, dos generais, accusando-os de traidores, responsabilizando-os pela perda de tão importante praça de guerra.

A casa do marquês de Marialva, alcandorada no Loreto, foi especialmente visada. Assaltada pela turba-multa, lançaram para a rua o precioso recheio, que destruíram, procurando lançar o fogo a tudo.

No palácio achava-se a senhora marquesa, com suas filhas, que conseguiram disfarçar-se e sair para o Convento da Esperança, pela porta do lado da Travessa dos Gatos.

Apareceu providencialmente o conde de Sarzedas. E, graças à sua feliz intervenção, dirigin-

do-se ao povo com palavras sensatas, fez-lhe ver da sua ingratiidão para com o nobre marquês de Marialva e quem era esse fidalgo. O povo dispôs ordeiramente, salvando-se o palácio do incêndio a que estava condenado.

Para pôr termo à rebelião, os religiosos vieram para a rua, em procissão, e a revolta ficou conhecida na História por *Santo Motim*.

A propriedade dos Marialvas, até então só assinalada como moradia dum herói, que se enobreceu lutando pela Pátria, sofreu uma grande afronta, esmaltada a fogo nos vínculos sagrados duma Família, que os tempos vindouros não deixaram esquecer.

Foi uma grande página, das mais valiosas, que compõem a história do sítio do Loreto.

*
* *

Mais tarde, num desastroso contratempo, surgiu o terramoto de 1755, que, assolando tremendamente a Capital, atingiu com grande violência a moradia que o 3.º conde de Cantanhede fundara e era então pertença e domicílio do 4.º marquês de Marialva (D. Pedro José de Alcântara António Luís Francisco Xavier Melchior de Meneses Noronha Coutinho), o emérito equitador, cavaleiro de altos desígnios, que enalteceu a arte de bem cavalgar e levou o seu nome além-fronteiras.

Este marquês de Marialva foi gentil-homem da Câmara de D. José I e da rainha D. Maria I, tenente-general e governador das Torres de Belém e de Outão. Tendo-se dedicado com interesse à cavalaria, deixou um livro intitulado a *Arte de Picaria*. O seu título ficou a designar os que praticavam, com rigor, as regras preconizadas, mostrando-se bons cavaleiros. Em sentido depreciativo, usou-se o substantivo para denominar os amadores de touradas e cavalos, extravagantes, ociosos, cantadores de fado e frequentadores de retiros e hortas.

Com a calamidade sísmica, o solar seiscentista, entrou em franca decadência, transfigurando-se. E a acção do tempo mais e mais foi agravando o seu estado, cujos males tiveram como corolário, as inevitáveis manifestações de desleixo.

Sobreveio a influência de interesses em jogo, o propósito de manter o estado de coisas, uma vez que a falta de alojamentos não se coadunava com a retirada, para outro lado, da amálgama de gente acolhida nos casebres, vivendo na maior promiscuidade. Uma pecha de sempre! E que ainda hoje não está solucionada!

O povo passava, nas suas voltas quotidianas, dava de caras com as ruínas, e vá de chamar-lhes, nas conversas e críticas — *Casebres do Loreto* —, alcunha que ajudou a popularização do sítio, uma qualificação que não deixava de soar bem aos ouvidos do lisboeta amigo da sua terra.

*
* *

A frenética aspiração de ver por terra os *Casebres do Loreto*, só em 1859 se tornou uma realidade, se bem que, em 1837, já o Município providenciasse nesse sentido (*). Era uma vergonha para o bairro mais elegante da cidade.

Que se saiba, só em 1837 o nosso Município começou a ocupar-se seriamente deste momentoso assunto, que muito preocupava o alfacinha zelador das belezas da sua terra.

Tendo já, em Abril, aquele Corpo Administrativo, intimado o mordomo do marquês de Marialva, a fazer apear sete janelas do palácio; seis meses depois aprovou os três primeiros artigos do projecto de formação de uma Praça, onde existia então «o Pardieiro pertencente ao duque de Lafões, ao Loreto». E, seguidamente, oficiou a vários cidadãos, entre os quais se contavam o Conde de Farrobo e José Ferreira Pinto Junior, convidando-os a reunirem-se na casa da Câmara, para tratar do mesmo caso (*).

Nessa reunião se resolveu que se fizessem propostas ao proprietário, para se tratar da demolição, oferecendo-se-lhe pela expropriação, a quantia de quatro contos de réis, «que estão prontos a dar diversos proprietários daquelas circunvizinhanças». Ficando desde logo consignado que o procurador do mesmo duque se obrigaria a fazer evacuar o pardieiro do Loreto, até ao fim do ano (*).

Em 1853 lia-se esta notícia de esperançosa realização: «Consta-nos que se assinou hoje a es-

critura em virtude da qual o terreno compreendido entre a rua do Loreto, rua da Horta Seca, travessa dos Gatos e largo das Duas Igrejas, fica pertencendo ao Município de Lisboa» (9).

Pela lei de 10 de Agosto de 1854, ficou o Governo autorizado, pelo Ministério dos Negócios do Reino, a expropriar esse mesmo terreno, e a entregá-lo à Câmara Municipal de Lisboa, para o aplicar à formação de uma praça, segundo o plano que veio a ser aprovado (10).

A Imprensa, entretanto, mostrava-se admirada com a inércia dos poderes públicos, comentando ainda, dois anos mais tarde:

«Não sabemos que motivos poderosos têm demorado essa demolição, mas consta-nos que brevemente se procederá a ela» (11).

E nada mais consta, até que, em 10 de Agosto de 1859, se soube que haviam começado as avaliações dos *Casebres*, a que foi atribuído o valor de 39 contos de réis, que no dia 25 entraram em depósito. O senhorio embargou o depósito, alegando direitos.

A tarefa foi executada por soldados sapadores e por operários e aparelhadores contratados — centena e meia deles — auferindo os primeiros 60 réis e os outros o dobro. A duração da obra, incluindo a remoção do entulho e de todo o material, fora calculada em três semanas, mas ficou para aquém desse prazo. Trabalhou-se bem, segundo parece...

A execução da empreitada despertou o maior interesse. E os jornais não se pouparam ao costume noticiário. Era um caso palpitante. Ribeiro Guimarães, no *Jornal do Comércio*, não deixou escapar o momento azado e estabeleceu contacto com os seus leitores, publicando uma série de artigos, em que deu conta do que se passava, fazendo história, em artigos em série, que o autor veio a coligir no seu *Sumário de vária história*, editado em 1872 (12).

Fora da Imprensa diária, terá sido Inácio de Vilhena Barbosa, o escritor olisiponense que, mais remotamente, tratou este caso dos *Casebres*, servindo-se de um magnífico desenho à vista, de Júlio de Castilho, em que o ilustre olisipógrafo reproduziu uns restos de fachada (13).

Júlio de Castilho, só em 1879 deu à estampa o seu belo *Lisboa Antiga — O Bairro Alto*, com uma nota resumida desse acontecimento cita-

dino (14), não acompanhada de quaisquer elementos iconográficos, que só na 2.ª ed. (1902), apareceram. Mais recentemente, em 3.ª ed., continua o tema a ser largamente tratado (15).

Se, por um lado, os críticos se admiravam da tolerante manutenção dos *Casebres*, muitos protestantes se mostravam contrários à demolição das vergonhosas ruínas, quando estava para ser um facto a sua destruição. Nem admiraria que, entre os últimos, se tivessem incorporado, alguns dos que entraram no primeiro grupo. É assim, quase sempre. Preso por ter cão... A razão principal dos protestos seria motivada pela situação em que ficariam os pobres moradores, fora das suas, muito embora, rudimentares habitações.

Especialmente, no primeiro dia de trabalhos, o Loreto foi um caso sério... Juntou-se muito povo, que, como escreveu Ribeiro Guimarães, ainda pode admirar alguns compartimentos interiores, mostrando paredes ornadas de «púrpureas bambinelas, de verdes paisagens, de caprichosos labores, tudo apropriado à grandeza dos edifícios» (16).

São insuficientes as descrições legadas aos vindouros. Omissas em detalhes e citações de factos, falhas de certos contornos do palácio, seus interiores e sem a enumeração do rico mobiliário e outras minudências.

Quanto à estrutura do edifício — diz Pinho Leal — era de insignificante arquitectura, muito vasto e estava inteiramente adornado com magnificência (17).

Júlio de Castilho, que assistiu à derrocada do decrepito imóvel, e até teve o cuidado de, com aquela habilidade que lhe ficou conhecida, passar ao papel, em expressivo desenho, um trecho da fachada, explicou-se assim:

«Do interior do palácio, dos seus salões, das suas mobílias, dos seus quadros, nada sei, e creio que ninguém o sabe» (18).

Colhendo na rica prosa do grande escritor, alguma coisa do que ficou em letra de forma, cabe-nos dizer que, na data do desmoronamento, os restos das frontarias ainda se viam recobertos de «ornamentos severos mas elegantes» e de «três brazões». A fachada principal, voltada para o Largo das Duas Igrejas, dispunha de um espaçoso portão e de uma larga sacada central, ladeada por mais duas, de menores dimensões. Sobre a Rua do

Loreto, restavam algumas composições irregulares, as sacadas que ficavam à altura do 1.º andar e ainda outras formando a ordem superior. A frente que deitava para a Rua da Horta Seca, contava sete janelas sacadas. Do lado da Travessa dos Gatos, continuavam as despedaçadas oficinas de ferrador e outras pequeníssimas indústrias. E o cunhal da Rua do Loreto servia para a afixação de cartazes dos teatros.

Tudo apresentava um aspecto desolador reflectindo bem a ruína do tempo e da inclemente catástrofe que ali fizera desabar tão maléficos efeitos.

O interior do desarmonioso conjunto estava simplesmente miserável, abjecto, constituindo «um dédalo de pátios e cabanas ridículas, de um pitoresco de péssima catadura. Não habitava ali o pudor, certamente, mas formigavam todos os infortúnios e vícios». Um paço «transformado em barracas de titeres».

Se os destroçados cubículos interiores se haviam povoado de criaturas de vidas suspeitas, as lojas do rés-do-chão da via pública serviam a diversíssima gente, para a venda dos artigos a que habitualmente se dedicava, como se transluz do pouco que ficou escrito.

Ribeiro Guimarães fez reviver assim, o ignóbil antro, que os janotas do Chiado, ali a dois passos, em pleno meado do século XIX, se obstinavam em não ter em conta:

«Havia dois corredores, que conduziam ao interior daquela ilha, na qual habitava em imundíssimas casinholas, alguma gente: aí havia casas de malta, casas para a prostituição vadia, que então era ainda uma das vergonhas de Lisboa; eram medonhas essas casas, verdadeiros antros de vício reunido à miséria, na última degradação; e aí havia para completar o quadro, uma casa de jogo» (19).

Para finalizar esta chamada do passado, formaremos a lista das principais casas de indústria e de retalhistas, que olhavam as quatro frentes do antigo palácio dos Cantanhedes. Atentemos na variedade: duas tabernas, dois barbeiros (com bichas para as sangrias), dois ervanários, um relojoeiro, um santeiro, uma confeitaria, uma estância de lenha e carvão, um armazém de vinhos, quatro lugares de hortaliça e fruta, três bote-

quins (o mais importante era o do Tiago), à esquina da Rua do Loreto), um depósito de graxa, um talho, três casas de pasto, dois armazéns de comestíveis, um colchoeiro, um armazém de móveis, uma loja de venda de geleia e bolos, certa leques e gateiro, um armazém de licores com venda de fruta, um trapeiro, um rolheiro, um correio, um sapateiro, um ferrador, um marceneiro, uma cavaliária, oficinas de ferrador e outras indústrias rudimentares. Acrescentar-se-á, no 1.º andar, uma casa de jogo, um dentista, um relojoeiro e um alfaiate, e, como nota de sentimento, que não é para desprezar... *uma menina namoradaira.*

*
* *

Quando a poeira levantada pela demolição dos *Casebres do Loreto* e os ecos resultantes do calor de esperadas polémicas, já ultrapassara todas as barreiras — decorria o ano de 1931 —, Augusto Vieira da Silva fez palpar de novo o velho tema, com a divulgação de uma *Scena cómica original*, intitulada *O moço de fretes*, escrita pelo popular Francisco Leite Bastos, no estilo monólogo, com destino ao *Teatro de Variedades de Lisboa*, composição que não chegou a ser levada à cena, por falta de autorização da censura teatral, cuja presidência estava ao tempo — em 1859 — a cargo de A. Lopes de Mendonça (20).

Trata-se dum manuscrito de poucas folhas intercalado de alguns versos, tudo alusivo aos *Casebres*, e também ao *Forte de S. Paulo*, e que faz parte do *Gabinete de Estudos Olisiponenses* (20.A).

*
* *

Passado algum tempo, na mesma revista literária, que esteve sob a direcção do poeta Cardoso Marta, o sapiente olisipógrafo voltou à carga, e, sob o título *Ainda os Casebres do Loreto*, deu público conhecimento da existência de outra espécie bibliográfica muito rara — uma simples folha solta — epigrafada *Segunda parte do pronunciamento da velhada contra a demolição dos casebres do Loreto . . . Conversação entre dois ratões de chinó russo e o janota que chegou tarde* (21).



O estranho original compõe-se de 33 quadras rimadas e dele se inferia que houve uma «primeira parte», prometendo-se uma terceira.

O principal lamento do autor inclinava-se para os moradores já sem abrigo e para os famélicos gatos, sem o afago dos seus protectores, conclusões salientes duma das quadras:

*Os donos sem habitação,
Os gatos postos na rua:
Estes crimes bradam alto
Desde a terra até à lua.*

*
* *

Um autor anónimo deixou-nos o seguinte soneto:

Por ocasião da demolição dos Casebres
do Loreto (23)

*Por ti sinto, Loreto, agudas febres.
Aos teus prantos de dor, meus prantos uno
Que a mão que pôs por terra o teu Neptuno
Faz bradar também os teus casebres!*

*Oh! Maldito progresso, não celebres
Assim os teus triunfos! Qual gatuno
Roubas o fossilismo, sem tribuno
E um só braço não há que tu não quebres!*

*Que mal faziam essas pobres casas,
Onde habitava antiga rabigana?
Onde o môcho encolbia as negras azas!*

*Mania do progresso, tão tirana
Se os becos, que ainda restam, não arrazas
Com Lisboa infeliz dás em panatanas.*

Desta produção nos deu actualidade um falecido professor, o distinto Dr. Carlos Santos Pai que, sob o título *Outra achega sobre os Casebres do Loreto* (23) deu publicidade a este novo motivo de interesse:

«Ainda sobre o mesmo assunto possuo um manuscrito em borrão com muita emenda que foi escrito por Xavier da Cunha; são versos humorísticos, alguns com graça, caricaturando os dife-

rentes moradores dos tais casebres. Tem por título *Por campos ubi Troja fuit*. Em seguida ao título, e entre parenteses, a nota a lápis: (*Para sair em folhetins*). É possível que chegasse a ser publicado (o que ignoro) e por isso não os transcrevo; mas são realmente interessantes.»

Dado à estampa ou não, não tivemos a sorte de poder consultar esse — decerto — curioso original. Sabe-se que, após o falecimento do ilustre homem de ciência, a sua rica biblioteca foi posta em almoeada, e dela ficou o respectivo catálogo, que se intitula *Catálogo da importante e valiosa colecção que pertenceu ao sábio radiologista e ilustre olisipógrafo Dr. Carlos Leopoldo dos Santos, organizado por José dos Santos*.

Uma vez de posse do rico exemplar, encontramos sob o n.º 1782, a ambicionada espécie: *Versos da autoria do Dr. Xavier da Cunha, antigo director da Biblioteca Nacional, feitos em 1859, descrevendo os célebres Casebres do Loreto. — Mss. autógrafo, de 5 fls.*

Ainda não era tudo, mas era já muito.

Sabendo-se que o ilustre olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, adquirira em leilão público muitas das espécies raras que pudesse continuar a enriquecer a sua importantíssima Biblioteca, que, como é do conhecimento geral, constitui hoje *Património Municipal*, e faz parte do *Gabinete de Estudos Olisiponenses*, no *Palácio Galveias*, lá fomos, ofegantes. Mas a sorte não estava do nosso lado. Não deram lá entrada os *Versos do Dr. Xavier da Cunha!*

*
* *

Chegou, agora, o momento próprio à planificação das prometidas notas sobre a antiga área demográfica, depois que foi liberta dos tão desacreditados *Casebres*.

Foi em 1861, quando já tinham desaparecido as arruinadas paredes dos *Casebres*, que se deu início ao nivelamento do terreno, trabalho preparatório da abertura da praça, de cujo planeamento já se falava no tempo de Pombal.

Multiplicavam-se os alvitreiros sobre o modo de aproveitar este novo lugar público, havendo quem lembrasse a construção de «uma Passagem no gosto das «Passages» de Paris», lamentando sô-

mente que essa obra não pudesse ficar tão bela como a de Saint Hubert, em Bruxelas ⁽²⁴⁾. Ribeiro de Guimarães consubstanciou a opinião de que «se fizesse um *square*, com uma fonte monumental» ⁽²⁵⁾. E, em estilo vário, se manifestam outros inspiradores de ocasião.

Na altura, procurava-se local apropriado para o futuro Teatro Nacional, havendo quem sugerisse, para esse efeito, o aproveitamento do terreno vacante.

Como também se pretendia sítio condigno para o levantamento do monumento consagratório do genial cantor das nossas epopeias, foi igualmente considerado em condições implantar na cumiada do Chiado o pretendido monumento, para cuja efectivação estava formada uma comissão, de que era presidente o duque de Saldanha.

*
* *

Desde 1837 que o nosso Município guardava para consigo o dever de prestar uma tal homenagem, tendo fixado ideias no Passeio Público, onde também caberiam as memórias de três outros grandes portugueses, o infante D. Henrique, D. João de Castro e Afonso de Albuquerque. E esperava-se que o produto da subscrição fosse bastante para cobrir todas as despesas e ainda para fazer o acabamento do *Passeio Público* ⁽²⁶⁾.

Afinal, o Teatro Nacional, foi para outro sítio mais central, e, o antigo terreiro dos Casabres é que acolheu a estátua de Camões, cujo lançamento da 1.ª pedra foi efectuado em 29 de Junho de 1862, com toda a solenidade, a que não faltou a presença de Sua Majestade El-Rei D. Luís. O local já a Câmara Municipal designara Praça de Luís de Camões ⁽²⁷⁾, chegando-se a sugerir o nome de Duque da Lafões ⁽²⁸⁾ e também o da Rainha D. Estefânia ⁽²⁹⁾.

O autor da obra foi o escultor Victor Bastos, que recebeu pelo seu trabalho 38 contos de réis. A figura principal é de bronze, mede quatro metros de altura e está assente num pedestal octogonal de sete metros e 48 centímetros de altura, rodado de oito estátuas em pedra lioz, de dois metros e quarenta, cada, representando Fernão Lopes, Pedro Nunes, Gomes Eannes de Azurara, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda,

Vasco Mouzinho de Quevedo, Jerónimo Corte Real e Francisco Sá de Miranda.

O tri-centenário do passamento de Luís de Camões, decorrido em 10 de Junho de 1880, foi festejado com grande brilho, e atraiu ao local numerosíssima multidão. O majestoso cortejo passou em desfile, constituindo um feliz pretexto para o povo vitoriar mais e mais, a memória do poeta.

*
* *

Em 1891, por ocasião do *Ultimatum* inglês, o povo de Portugal simbolizou no poeta a expressão da sua máguia, cobrindo a estátua de grandes faixas de crepes.

Nessa data, como se vê das fotografias da época, ainda a estátua estava rodeada do inestético gradeamento de ferro, começada a colocar em 30 de Setembro de 1862 ⁽³⁰⁾ e que a crítica alfacinha não perdoou.

Vem a propósito manifestar que, quando decorriam as homenagens, houve um grupo de portugueses que solicitou da Câmara Municipal de Lisboa, o nome de Luís de Camões para a aristo-crática artéria, vulgarmente denominada *Chiado*. Apreciada a petição, em sessão de 7 de Junho de 1880, não obteve deferimento, por motivos altamente justificados, o que não invalidou que, oito anos depois, ao sublime vate fosse concedida nova homenagem, atribuindo-se o seu aureolado nome a uma nova artéria, no Sítio de Santo Amaro, onde se reuniu à lembrança de outros poetas gloriosos, como Gil Vicente, Bocage, Soares de Passos, Sá de Miranda, João de Lemos, Nicolau Tolentino, João de Barros e Filinto Elísio.

*
* *

Esta Praça de Luís de Camões, é uma das mais aprazíveis, da querida urbe lisboeta. E foi nesse agradável recinto, na sua primitiva fase, quando reinava um simpático pitoresco, que se ouviam diáriamente os nossos típicos pregões, e, na quadra de Junho, os habituais descantes e toques de guitarra e viola, com a presença das agressivas alcachofras, dos perfumados mangericos e

dos alegres cravos de papel, dos quais pendia uma quadra popular.

Além da estação central dos roneceiros elevadores, era aí, do lado Sul, frente ao antigo Hotel Europa, que se alcandoravam, à espera do freguês, as clássicas tipoias, com serviço certo à saída de S. Carlos e a altas horas da noite, se apetecia a costumada estroinice. Outro decorativo, faziam-no os quiosques do capilé, com o saboroso e apetecido refresco — não havia igual! — de timbre popular, que tanto agradava a pobres como a remediados e, até, — não é fantasia — às nobres figuras que constituíam o foro conselheiral.

No Inverno dava-se a aglomeração dos vendedores de castanhas — quase todos rapazolas — e, nas vésperas do Natal, era certo o glu-glu dos perus.

Como figurantes, o homem do realejo, com o seu urso dançarino, e o aldrabão dos elixires, impingindo às *massas* os produtos que dizia infalíveis para a cura de todas as enfermidades.

Para tudo se perder, até as formosíssimas tílias feneceram e, com esses robustos exemplares, também se foram simpáticos e vivaços pardais, de chilreante presença, sempre fogosos, a saltitar, presentes à hora do lusco-fusco, de papinho cheio, à procura do habitual concheço nocturno.

(¹) *O Palácio do Loreto. — O Palácio do Manteigueiro. — O Chiado pitoresco e elegante.*

(²) Antes do Terramoto, também se chamou Rua da Encarnação, e, posteriormente, Rua das Duas Igrejas.

(³) *Paço Real de Alcântara*, por Jordão de Freitas.

(⁴) O retrato de D. António Luís de Meneses anda disperso por muitos lugares, e, designadamente, ilustra a frente das notas de 20\$00, chapa 6 A, emitidas pelo Banco de Portugal e ainda em curso.

(⁵) Arquivo Pitoresco, 10.º vol. (L867), págs. 393 e 402.

(⁶) *Sinopse dos principais actos administrativos do Município de Lisboa.*

(⁷) *Sinopse etc.*, ano 1837, págs. 5 e 27.

(⁸) *Idem*, pág. 29.

(⁹) *Jornal do Comércio*, de 9 de Novembro de 1853.

(¹⁰) *Diário do Governo* n.º 201 de 28 de Agosto de 1854.

(¹¹) *Jornal do Comércio* de 30 de Março de 1856.

(¹²) Tomo 5.º — págs. 194 e segs.

(¹³) *Arquivo Pitoresco*, vol. 4.º (1861), pág. 185.

(¹⁴) Vol. único — pág. 193.

(¹⁵) Vol. 2.º — pág. 81. O desenho, original de Castilho, representa o lado da Rua do Loreto e é feito por cópia de outro, que já citámos. Data de quando o escritor vivia no Lumiar. A publicação da 3.ª edição (2.º vol. — págs. 76 e segs.), deu largas à Câmara de Lisboa, a começar em 1954.

(¹⁶) *Lug. cit.*, pág.

(¹⁷) *Portugal antigo e moderno*, vol. 4.º — pág. 134.

(¹⁸) *O Bairro Alto*, 3.ª ed., 2.º vol., pág. 84.

(¹⁹) *Lug. cit.*, pág. 210.

(²⁰) *Feira da Ladra*, vol. 3.º (1931), pág. 5.

(²¹) *Feira da Ladra*, vol. 6.º (1934), pág. 156.

(²²) A N.º 149 — 3429 — B 9.

(²³) *Ilustração Luso-Brasileira*, vol. 3.º (1859) pág. 352.

(²⁴) *Feira da Ladra*, vol. 6.º (1934), pág. 196.

(²⁵) *Jornal do Comércio* de 30 de Março de 1856.

(²⁶) *Sumário de vária história*, vol. 5.º — 194.

(²⁷) *Sinopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa* — ano 1837, pág. 11.

(²⁸) Edital de 12 de Outubro de 1860.

(²⁹) *Jornal do Comércio* de 9 de Novembro de 1853.

(³⁰) *Sumário de vária história*, vol. 5.º — 206.

(³¹) *Jornal do Comércio* de igual data.



CONTRASTES SANITARIOS - V

1959 - 1969

IMPERATIVO DUMA OBRA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Por ARNALDO FALLE DE SOUSA QUINTAL

IMAGENS DUMA NOVA CIDADE DE
LOCALIZAÇÃO PANORÂMICA

URBANIZADA, DE CUNHO ARQUITEC-
TÓNICO, HIGIÉNICA E SOCIAL

Dispensam-se neste capítulo alusões específicas ao figurado nas gravuras que nele se contêm, pois é seu objectivo facultar pela imagem a interpretação de conjunto duma obra já referenciada em páginas anteriores, nas quais foram analisados aspectos da higiene habitacional, quer directos, quer reflexos da via pública e de dados locais de má vizinhança.

São, necessariamente, evidentes, pela feição exterior e instalação das edificações apresentadas, as características higiénicas e de conforto que naquelas se definem em relação com a morfologia geral das construções em apreciação.

Na verdade, em blocos habitacionais como os considerados, mesmo nos de menor envergadura, é flagrante a sua dotação com compartimentos de boa capacidade, ventilação e iluminação naturais, instalação eléctrica, abastecimento directo de água e dispositivos sanitários, quer em cozinhas, quer em casas de banho e retretes. Elevadores nalguns mais altos, amplas varandas noutros ou logradouros privativos.

Em todos os bairros municipais e nalguns de casas económicas entremeiam-se as construções com ajardinados maiores ou menores; nos agregados mais modestos a cada habitação corresponde um logradouro, por via de regra cultivado ou ajardinado ou ambas as coisas, de toda a maneira reconfortantes do espírito, pela riqueza heterogénea dos seus caracteres organolépticos, além do respectivo intrínseco valor sanitário.

«Os pedagogos e os filósofos assentaram que a escola devia ter como objectivo fundamental a preparação para a vida, no sentido mais lato desta expressão, isto é, que se devia procurar para o aluno, dentro da escola, não só o enriquecimento do espírito, como também o desenvolvimento do corpo e a formação do carácter.»



Aspecto de uma Rua no Bairro do Padre Cruz

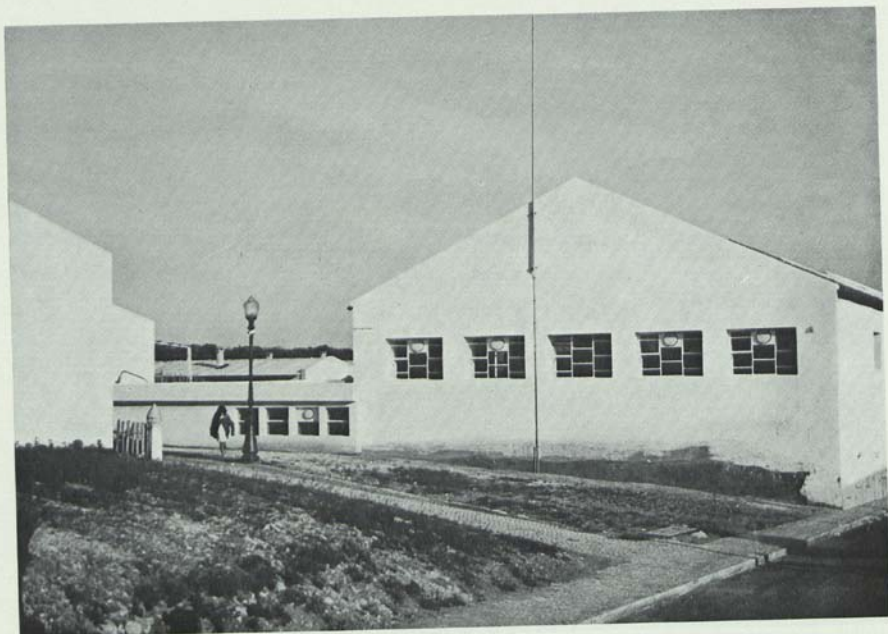
As melhores condições da higiene escolar e habitacional, traduzidas, entre outros aspectos, por uma regular salubridade dos seus ambientes, sob os pontos de vista químico, físico ou microbiológico, afastam o perigo como se presente nas construções modernamente feitas, às quais presidiu notória preocupação na escolha dos locais para as escolas, um dos problemas importantes, neste sector que primeiramente se impõe ao higienista, olhadas as inúmeras razões desfavoráveis ou não à indispensável higiene dos alunos no ambiente escolar. A capacidade das escolas, o seu aquecimento pelo sol, a iluminação e ventilação naturais e isentá-las de humidade, tudo foi pensado e realizado.

As restantes características sanitárias das escolas são comuns às outras construções e as de particular especificidade transcendem o âmbito destas referências.

A via pública, na sua generalidade, de modo a permitir, se o civismo dos locatários a tanto ajude, o mais regular estado de limpeza dos pavimentos, quer nas suas faixas de piso para peões como nas de rodagem de veículos, não favorecendo estagnação de águas pluviais ou formação de lamas e reduzindo a propiciação ao desenvolvimento de peoiras.

Nos Bairros Municipais, como aliás na maioria dos Económicos, as ruas são largas, verdadeiras avenidas, com relvados e arvoredo, banhadas de sol e facilitando activa circulação do ar. Não se contam bécos nem travessas nestes bairros, onde pátios e vilas são ausentes como pertença das zonas velhas da cidade.

De há longos anos o conceito de bairros económicos fixou-se no espírito humano, mas no do homem sentimental, afectado pelo mal alheio como se seu fora. A exteriorização desse afortu-



*Tipo de Prédio no Bairro do
Padre Cruz*

nado pensamento houve, naturalmente, de aguardar a total compreensão da Sociedade, capacidade económica, determinismo e deliberada iniciativa motora para a prática dos factos, até que à luz fossem dadas como formações palpáveis aquelas estruturas, cujas unidades residenciais deverão traduzir uma realidade económica a observar na sua construção e exploração, sem desvio do objectivo habitacional, no sentido próprio do termo, inclusive o ambiente familiar.

Na verdade, o urbanismo, «no que pode contribuir para melhorar os aglomerados habitacionais e dispor as habitações de forma a constituírem agradáveis centros de vivência, ocupa tal importância que, por toda a parte, se discutem, com frequência, os seus preceitos».

«As referências às unidades residenciais, com características próprias, resultantes da estrutura e densidade, reflectem-se na vida do aglomerado que, como defesa natural,

encontra na casa o recomendado acolhimento.»

«O Social e o Humano não podem menosprezar-se.»

Tanto têm em vista e se está realizando nos bairros municipais, à medida que estes se ampliam e multiplicam e o urbanismo grassa na nossa Capital.

«Suavizar a vida realizada em espaços mais apertados, é evitar a atmosfera poluída, os ruídos constantes, a intensidade de trânsitos perturbadores, dificuldades de acesso ao ar livre, pela raridade de jardins — tudo isto conduz a efeitos nefastos.»

Eis, pois, a razão paisagista a considerar em urbanismo, como o Município de Lisboa tem feito em relação ao problema da jardinagem, que tanto reflecte uma delicadeza de sensibilidade e culto pela Natureza e seus benefícios.

Nestes bairros regista-se, compreensivamente, a ausência de factores de insalubridade que foram referidos no Plano Director da Cidade de Lisboa, de 1967, «correspondentes a uma elevada densidade populacional e sublocação, que não se verificam em zonas de alto nível habitacional, como a Encosta do Restelo, Avenida Almirante Gago Coutinho, etc.», e outros locais.

Na introdução do mesmo Plano Director sublinham-se factos cuja transcrição pretende relacionar razões de consciência da obra feita e do pleno conhecimento das necessidades a satisfazer.

«Muito embora não tenha sido objecto de uma aprovação formal, o plano director de 1958, ele regulou, na sua essência, o desenvolvimento da cidade. Em 1960, a Câmara decidiu considerar se seria conveniente proceder à respectiva aprovação ou se conviria, em primeiro lugar, ordenar uma revisão e um ajustamento desse documento, tendo-se em conta a evolução rápida de certos fenómenos (aumento de circulação e próxima utilização da ponte sobre o Tejo)».

«Para o efeito, foi designada uma comissão de peritos, tendo-se solicitado a um dos seus componentes, o Prof. Robert Auzelle, a apresentação de um relatório prévio. Esse sucinto relatório, ao mesmo tempo que rendia homenagem à qualidade do trabalho realizado no plano, concluía pela necessidade de se continuarem os estudos anteriores.»

«É assim que em 1963 o Presidente da Câmara Municipal, General França Borges, decidiu que se procedesse à elaboração de um novo plano director a partir das bases inseridas no plano de 1958».

«Os estudos urbanísticos relacionados com toda e qualquer grande metrópole mundial, incluem sempre as zonas urbanas situadas para além dos limites municipais; Lisboa, dada a particular exiguidade do seu território, não escapa a essa regra.

Na realidade, o problema preliminar que Lisboa apresenta é o do lugar que a cidade deverá ocupar na Região e esta no País».

«Lisboa tem funções múltiplas:

- 1—em primeiro lugar é a *Capital do País*, função proprietária que só ela pode preencher e que não pode ser descentralizada. O plano deverá, por consequência, ter em conta que os espaços necessários dos desenvolvimentos a longo prazo, a efectuar pelos diversos organismos ligados à função capital, estejam assegurados e preservados em todas as hipóteses.
- 2—é metrópole *comercial e portuária* das províncias do continente e de além-mar, razão porque as suas funções, para além de poderem estender-se ao conjunto regional, deverão, igualmente, ligar-se ao prestígio da cidade; tais funções permanecem, pois, prioritariamente ligadas ao seu centro.
- 3—é o *centro intelectual e cultural* de maior projecção do país, cujas fun-

ções, segundo a tradição latina, se prolongam na função universitária.

4—é uma *cidade industrial*. É pois evidente que se impõe realizar uma ordenação no quadro do planeamento regional, o qual prevê a transferência das indústrias pesadas para fora dos limites urbanos, principalmente para a outra margem do Tejo.

5—é uma *cidade residencial e turística* em rápida expansão. Tal como na maioria das metrópoles, a residência tende a deslocar-se do centro, em direcção à periferia. Assim, o cálculo das capacidades de receptividade das novas zonas residenciais deverá ter em conta as funções governamentais, administrativas, comerciais, tudo, enfim, que o prestígio de uma capital exige, tendo em vista um futuro suficientemente longínquo e o desenvolvimento do País numa hipótese optimista de expansão e prosperidade».

«O urbanismo não deve ignorar o aspecto plástico das realizações, pois que sómente a sua execução lhe permite dar o valor essencial de adaptação às necessidades espirituais e sociais dos habitantes. A conservação de uma determinada concepção de vida e de valores tradicionais efectuada à medida e de harmonia com a adaptação da cidade ao local, ao clima e ao temperamento dos seus habitantes deve ser perpetuada, custe o que custar, através da evolução obrigatória das técnicas».

Boa medida de aferição e valorização é-nos dada por relação comparativa, na devida proporção de grandezas, da monumental obra do município de Lisboa, embora distanciadas as ocorrências que se identificam no presente trabalho, dum estudo feito há 35 anos, intitulado «Salubridade na América do Norte», sobre urbanismo e construção habitacional, acerca de algumas cidades americanas, como New-York, Filadélfia e outras.

Todavia, os fenómenos repetem-se no tempo e no espaço, sendo desta forma que

«a geometria dos traçados, os problemas de tráfego, uma casa para cada família, as condições sanitárias tidas em primeiro plano, são pontos fundamentais do desenvolvimento das cidades Norte-Americanas».

como igualmente o são do de Lisboa.

«A ideia de urbanismo, consiste afinal no esforço para guiar e controlar o desenvolvimento físico das cidades e assim dar ao povo que nelas vive e trabalha o melhor possível de conforto; isto compreende a unidade urbana, incluindo o desenvolvimento regional. Inter-relação e coordenação, eficiência e saúde, utilidade e beleza são a base desta concepção.

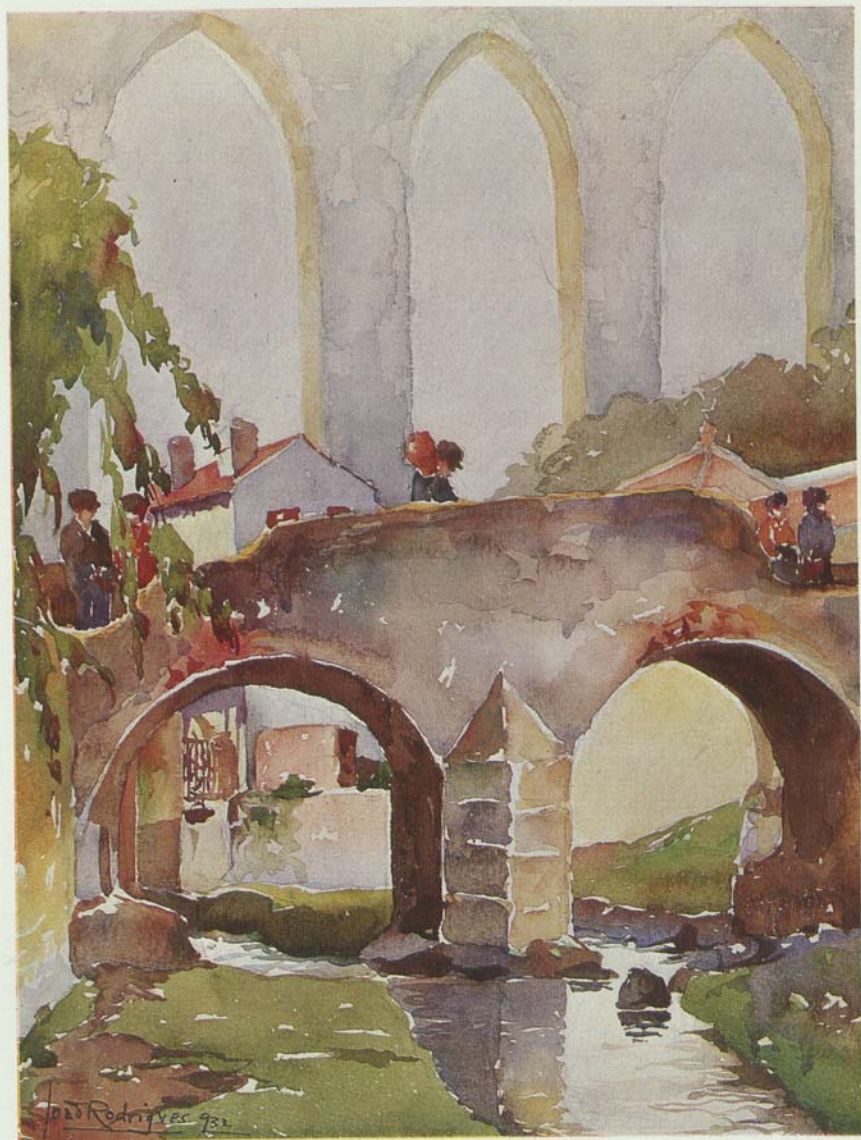
Aponta-se por vezes que as más condições do desenvolvimento do plano duma cidade são razão de prejuízos sérios. Sobressai na América do Norte o tráfego.

As perdas económicas anuais em todo o país devido a acidentes de tráfego nas ruas e estradas eram computadas para cima de \$600.000.000, em 1934».

«As possibilidades de urbanismo, são especialmente postas em foco quando se considera a melhoria de saúde e felicidade dos habitantes».

«Segundo o presidente Hoover — Não é difícil provar que são enormes as perdas de felicidade humana e de dinheiro que têm resultado de falta de planos, mesmo nas cidades em que se consideram as condições da vida moderna. A falta de adequados espaços abertos e parques, a congestão das ruas, a miséria da vida do inquilino, e as suas repercussões sobre as novas gerações são uma acusação grave contra a nossa vida americana. As nossas cidades não realizam uma perfeita contribuição para a melhoria da vida e do carácter Nacional da América».

«Os efeitos morais e sociais da vida moderna só podem ser resolvidos por uma nova concepção da construção das cidades.



*PONTE SOBRE A RIBEIRA DE ALCANTARA
NA QUINTA DA RABICHA*

Aquarela de João Rodrigues — 1932

C. M. L. — Gabinete de Estudos Olisiponenses

Luz do Sol, ar puro, espaços abertos, e possibilidades para o desenvolvimento físico, tudo contribui para o bem-estar do cidadão».

«É opinião autorizada serem — os factores que contribuem para a melhoria das cidades todos ou alguns dos seguintes:

Haver autoridade legal;

Haver estudo e análise do problema;

Ser considerado tanto o carácter e a extensão do crescimento rápido e extenso da cidade como a direcção marcada para desenvolvimento.

Este desenvolvimento ser feito quanto a tráfego, espaços abertos, locais para o público, construções particulares e residenciais.

Deve ser plano completo que adapte a cidade às suas necessidades físicas, e que nas novas secções envolva o plano das comunidades separadas e nas velhas secções o respeito das exigências actuais tendo sempre em mente ainda o que pelo futuro será exigível.

*Bairro do Padre Cruz
(Mercado)*





Edifício da Escola Primária do Bairro Santos

Praceta na Quinta do Bairro do Jacinto





Prédios construídos entre as Células B e C do Bairro dos Olivais-Sul

Bloco predial da Rua B no Bairro dos Olivais-Sul



Deve haver cooperações entre os profissionais vários da urbanização, arquitectos paisagistas, engenheiros, oficiais de saúde, e legisladores.

Deve haver condições financeiras apropriadas».

«Podem resumir-se, as actividades essenciais para se conseguir o objectivo da urbanização, em:

«visão e fiscalização, troca e venda, educação e exortação, diplomacia e expediente, tribunais e júris».

«O movimento da urbanização na A. do N. iniciou-se há perto de 105 anos, mas só há 50 encontrou uma forma definida».

Entre nós, idênticamente, aconteceu, o movimento de urbanização iniciado numa data não muito longínqua, talvez cerca de cinquenta anos, pode-se dizer que, não obstante só haver desabrochado mais tarde, por vicissitudes naturais até à possibilidade de edificação segundo curso relativamente normal, cresceu nos seus verdadeiros significado e morfologia desde há poucos anos, atingindo a sua culminante florescência na última década, que este trabalho comemora como elemento de projecção para o futuro e testemunho válido de análise directa.

Ao ultimar-se o presente trabalho é publicada, no «Diário de Notícias» de 6/3/1969, uma referência esclarecedora do prosseguimento da interminável cadeia de construções, enquadrada na sequência da Obra Social do Município de Lisboa, directamente relacionada com o problema habitacional. Pela oportunidade e forma descritiva de mais uma feição a aformosear a nossa Capital, explica-se que dum novo traço da sua morfologia e engrandecimento sejam transcritos alguns elementos que o definem.

«— *Cidadezinha satélite* —

No Bairro da Encarnação

vai ser construído um aglomerado

de 1040 habitações com verba do Município

Prevista para daqui a dois meses a primeira fase de construção civil

Num bairro lisboeta — o da Encarnação —, com características habitacionais esplêndidas, vai ser aumentado, dentro de curto espaço de tempo, o seu aglomerado populacional mercê de uma iniciativa camarária de vulto.

Importa em 123 284 000\$00 a base de licitação do concurso da referida empreitada, quantia elevada que, por si só, define a importância do empreendimento».

«A construção de 1040 habitações, em boa hora promovida pelo Município, vai deste modo ao encontro das carências dos agregados familiares que vivem o seu dia-a-dia na capital, entregando-se às suas múltiplas ocupações. Famílias inteiras prementemente à espera de uma ajuda no sector habitacional, consciência dos seus reduzidos orçamentos.

Considerada a área demarcada como susceptível de proporcionar uma óptima urbanização, deu-se forma ao projecto. Este, da inteira responsabilidade dos técnicos camarários, garantiu com viável e certa a construção das habitações em causa, as quais serão erguidas, dispondo dos consequentes arruamentos, na conhecida Quinta do Morgado, ou seja no coração do já populoso Bairro da Encarnação.

Os terrenos da Quinta ficam situados entre as zonas do cinema, recentemente construído e inaugurado pelo Ministério das Corporações e Previdência Social, e a 1.ª circular».

«As ditas moradias disporão, unitariamente, de um a quatro quartos, todas elas, porém, sendo constituídas por cozinha, sala comum e casa de banho».

«Cinge-se a construção das 1040 moradias à existência futura de setenta e seis prédios, unidos entre si por arruamentos com uma capacidade de cinco pisos cada. A pequena «cidade satélite», harmoniosa e bela e situada numa zona sobranceira ao Bairro da Encarnação, tem ainda a completá-la o

erguer de sete «torres», isoladas, edifícios com uma altura equivalente a onze pisos, cada um servido por quatro fogos.

Designados, arquitectonicamente, por prédios de «banda contínua», as setenta e seis moradias, cuja maqueta se encontra em poder dos Serviços Técnicos da 4.ª Repartição de Obras Municipais, serão, segundo se crê, as primeiras a ser construídas; as habitações de onze pisos seguir-se-ão, em matéria de construção.

Tal como está estabelecido, o Município empreenderá a construção por etapas ou fases, dando-se por assente que, nos primeiros trezentos e setenta dias, duzentos fogos ficarão prontos a ser habitados, do mesmo se ultimando, nos cem dias seguintes, a feitura de duzentos e dez fogos. Os restantes dar-se-ão por concluídos num ritmo de trabalho de construção civil que não esmoreça, em prazos idênticos, respeitados pela empresa que adjudica a obra.

Novas edificações para Seminários em Olivais-Sul





DITOSO TEJO

mital

*Junto do manso Tejo, que corria
Para o Mar (que nos braços o esperava),
Jaz um pastor, que no semblante dava
Mostras da dor que o coração cobria.*

*Falava o gesto quanto n'alma havia,
Que, quiçá por ser muito, ela o calava;
Mas, vencido do mal que o atormentava,
Sem licença do mal assim dizia:*

*— Corre alegre e soberbo, ó doce Tejo,
Pois vives sem fortuna de que esperes
Que encaminhe teu passo a teu desejo.*

*— Vás, e tornas, e irás, como vieres.
Ditoso tu, que vês o que eu não vejo;
Ditoso tu, que vás adonde queres! —*

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

A MEDALHA DE OURO DA CIDADE DE LISBOA PARA O ANTIGO PRESIDENTE TENENTE-CORONEL SALVAÇÃO BARRETO

Passados cerca de doze anos após cessado as suas funções, sempre desempenhadas com dedicação e inteligência, de presidente do Município de Lisboa, o tenente-coronel Salvação Barreto, recebeu o justo galardão, merecido a muitos títulos, da Medalha de Ouro da Cidade, concedida por unanimidade pela actual vereação e sob proposta do eng.º Santos e Castro, em que eram postos em evidência os serviços relevantes prestados à capital por aquele ilustre militar.

A administração do tenente-coronel Salvação Barreto caracterizou-se por obras de maior projecção em vários sectores, como no da saúde, com o incremento dado à obra do cancro de Alcântara, terminada, após vários anos de intenso labor em vasta extensão, pouco depois do final da sua

presidência; no urbanista, caso, do arranjo paisagístico da zona da Torre de Belém; na criação e estruturação do programa cultural da Câmara, que tanto se viria a desenvolver, e em muitas outras realizações meritorias, a bem da cidade, de que citamos o impulso dado à construção da II Circular envolvente de Lisboa e de numerosas artérias da moderna rede de circulação da cidade. Foi um animador que sabia mobilizar vontades, dinâmico, senhor de raras qualidades de mando, impulsionando os seus colaboradores e conseguindo movimentar a máquina municipal sempre no sentido certo e mais proveitoso.

Justa portanto, sob todos os aspectos a concessão da medalha. A cerimónia da entrega do galardão decorreu no salão nobre dos Paços do



Concelho, onde se juntaram numerosas personalidades, que distinguiram o homenageado com provas da maior amizade e deferência. Com o sr. eng.º Santos e Castro, encontravam-se os vice-presidentes srs. eng.º D. Segismundo Saldanha e dr. Dinis Soares da Costa. Entre a assistência, viram-se os antigos vice-presidentes Aníbal David e eng.º Guimarães Lobato, os antigos vereadores coronel Afra Nozes e deputado Casal Ribeiro, o almirante Henrique Tenreiro e muitos amigos do homenageado.

Após ter entregue a medalha ao tenente-coronel Salvação Barreto, o presidente Santos e Castro, atentamente escutado, disse dos méritos do homenageado, com as seguintes palavras:

«Dou hoje cumprimento à deliberação da Câmara Municipal de Lisboa em sua reunião de 18 de Junho último, fazendo a entrega a V. Ex.ª da Medalha de Ouro da Cidade. Com este acto se presta a justiça devida à acção que porfiadamente desenvolveu como Presidente do Município e se mostra que nem o tempo nem o desinteresse são suficientes para fazer esquecer quanto de útil se lega e cabe aos outros continuar. E, se por um lado poderá perguntar-se por que razão tão tardiamente tem lugar este acto de reconhecimento, também terá de entender-se que, pelo que me diz respeito como Presidente actual desta Câmara, me sobeja força moral para promovê-lo quando, por imperativo de consciência, não deixei prontamente de fazê-lo a outros que considerarei igualmente merecedores. Educado nos velhos princípios de que as atitudes recaem sobre quem as toma, posso gozar da felicidade de não ter nunca de arrependê-me nesta matéria.

Foram lidas aqui, como é da praxe, as razões invocadas na proposta que apresentei à ilustre Vereação para ser atribuído a V. Ex.ª o maior galardão da cidade — a sua medalha de ouro — o que me consente que, em vez daquela enumeração fria de empreendimentos que se efectuavam durante o exercício de um mandato, me detenha mais sobre o espírito com que se realizaram, a vontade com que efectivamente se comandou, a visão e a persistência com que se conduziram.

Vivia-se então no País, como hoje de novo, um período de intenso impulso realizador. Os responsáveis não podem limitar-se à função bu-

rocrática do despacho, consumindo o resto do tempo numa ou noutra obra ao seu gosto pessoal. Têm de comandar efectivamente os serviços, coordenar as suas acções, definir critérios e a orientação, na dádiva total do seu tempo. V. Ex.ª foi um deles nessa década luminosa de quarenta e, jovem munícipe atento nessa data, recordo-me perfeitamente; tão bem que até tenho presente algumas das críticas que lhe foram feitas, críticas que não negam entretanto aquele espírito, antes e em muitos casos o confirmaram.

De novo o País se atira para viver período semelhante e com ele, naturalmente, o Município de Lisboa. Ganha, pois, relevo especial neste momento a acção que V. Ex.ª legou à cidade.

Subsiste, porém, um facto, que merece aqui uma especial referência: o metropolitano de Lisboa. Ele só por si justificaria este acto e fará perdurar na história da cidade o nome de V. Ex.ª. Esta, sim, é uma obra que lhe pertence, por muitos que venham a ser os nomes que nela futuramente possam vir a inscrever-se. Tenho presente o que foi a luta que travou para arrancá-la, quase poderia dizer-se: contra tudo e contra todos. Pois se, até posteriormente, se admitiu encerrá-la?

Essa ideia, combatida então por tantos, é hoje o que se sente por todo o lado: o clamor da opinião pública reclamando contra a sua insuficiência e pedindo rápida expansão, a firme determinação das autoridades interessadas ou ligadas, a empresa, o Município e o Governo, em fazê-la progredir.

O que seria hoje a nossa rede do metropolitano se, em tempos bem mais fáceis, se tivesse persistido com a visão, a pertinácia e o interesse com que V. Ex.ª a arrancou? Onde estariam as dificuldades financeiras do empreendimento, dificuldades que, afinal, só terão solução na própria expansão de rede?

Mas, a obra irá continuar. Um punhado de vereadores — em que destaco o saudoso Dr. Pereira Berardes — trouxe o problema para a ordem do dia e a linha de Alvalade, depois duma paralisação de tantos anos, está em construção.

Aos Senhores Presidente do Conselho e Ministro das Finanças não escapou a justiça do que a Vereação pedia e os meios financeiros surgiram para levá-la a efeito. No princípio do próximo ano, tentar-se-á um concurso de financiamento e

construção para duas novas linhas. V. Ex.^a é que estava na razão e a cidade fica-lhe agradecida. Esta medalha é o testemunho do seu reconhecimento.»

Por fim, discursou o tenente-coronel Salvação Barreto, para agradecer a distinção de que fora alvo e para afirmar que a sua obra, tudo o que fizera para tornar a cidade mais limpa e mais agradável, dotando-a de melhoramentos que as circunstâncias aconselhavam, com vista a resolver problemas imediatos, ou a futuro desenvolvimento previsível, o ficara a dever aos seus colaboradores, que muitos foram, todos dedicados servidores da cidade de Lisboa. Ele, presidente, coordenara e dirigira essas boas vontades, e com tal ajuda promovera obras realmente de utilidade. O mérito, se o houvera, pertencia à equipa que servira sob as suas ordens.

A cerimónia terminou com cumprimentos ao ilustre servidor da cidade, que foi muito cumprimentado.



INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO
AO MARECHAL CARMONA



Os homens que, depois de mortos, são lembrados, por suas virtudes, suas qualidades, sua vontade e, sobretudo por seu apego aos princípios fundamentais — honra e dignidade — e à vontade de bem servir, não mais podem ser esquecidos. Pelo contrário, são lembrados, evocados, apontados como exemplo. Esse o caso do saudoso Marechal Carmona, que, como dirigente e Chefe do Estado, soube conquistar a simpatia dos portugueses, através de simpatia irradiante, de atitudes sempre dignas e de coerência política que ficou a perdurar nas estruturas vigentes. Portanto, natural e justo que o Município de Lisboa mandasse erigir, no topo norte do Campo Grande, o belo conjunto arquitectónico, que fica a lembrar a figura do prestigioso português que foi o Presidente Óscar Fragoso Carmona.

«O povo tomou-o pela singeleza e afabilidade do trato, a bondade inata, a gentileza do porte, a desafecção total, o despreendimento dos interesses e das situações, a elegância das atitudes morais. Em ninguém se viu mais perfeita essa difícil e rara conciliação da humildade na pessoa e da dignidade no poder. Tão frágil que a brisa ameaçava tombá-lo, tão forte que uma revolução o não podia subverter — nele claramente se via a imensa força dessa coisa delicada e inacessível que nos homens se chama a consciência.»

Estas palavras, proferidas por Salazar em 1951, aquando da morte do marechal Carmona, foram inscritas, em letras de bronze, na grande parede curva que constitui o fundo do monumento inaugurado no Campo Grande. De bronze é também a estátua, sobre pedestal de mármore branco, que o Chefe do Estado, com a presença do Presidente do Conselho, de vários membros do Governo e de outras altas entidades, solenemente descerrou.

A cerimónia decorreu quase inteiramente sob fortes bâtegas de água que não fizeram arredar,

no entanto, muitos populares que ali tinham ido expressamente para assistir ao acontecimento, integrado nas comemorações do centenário do nascimento do antigo Presidente da República. Diante do monumento, formou a guarda de honra, constituída por pelotões da Escola Naval e da Academia Militar, e a banda da Marinha. Presentes também representações dos três ramos das Forças Armadas, bem como da G. N. R., da P. S. P., da Legião e da Guarda Fiscal, que alinhavam na via no sentido sul-norte.

No pórtico esquerdo do monumento, aguardavam o Chefe do Estado, pouco antes da cerimónia, o prof. Marcello Caetano, os presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça, os ministros da Defesa Nacional e do Exército, Interior, Finanças e Economia, Marinha, Obras Públicas, vários secretários e subsecretários de Estado e muitas outras altas entidades civis e militares, assim como os eng.º Santos e Castro, eng.º D. Segismundo Saldanha e dr. Dinis Soares da Costa, respectivamente, presidente e vice-presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, à qual coube a realização do monumento, e o presidente da comissão executiva das Comemorações do Centenário do Marechal Carmona.

Junto do Chefe do Estado e do Presidente do Conselho permaneceram, durante a cerimónia, os filhos do antigo Presidente, as sr.ªs D. Cesaltina Carmona e Costa, D. Maria Inês Carmona e António Adérito Carmona, bem como outros familiares do marechal Carmona. Dois oficiais que pertenceram à sua Casa Militar estavam também presentes: o almirante Nuno de Brion e o coronel Carvalho Nunes.

Executado o hino nacional, o Chefe do Estado dirigiu-se para junto da estátua e inaugurou-a, descerrando as bandeiras que a cobriam: a nacional e a da Cidade de Lisboa.

A figura do Marechal foi, depois, evocada pelo presidente do Município.



Ouvindo atentamente, o eng.º Santos e Castro proferiu o seguinte discurso:

«Senhor Presidente da República

É esta a primeira vez, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que me honro de usar da palavra em acto público presidido por Vossa Excelência. Cumpre-me, portanto, renovar aqueles sentimentos de respeito, de veneração e de carinho que tantas vezes a cidade testemunhou a Vossa Excelência no decurso dos últimos doze anos e pedir licença para juntar a expressão da minha admiração pessoal.

Senhor Presidente do Conselho de Ministros:

Consentir-me-á V. Ex.ª — com o preito da homenagem da Câmara Municipal de Lisboa — que eu cometa neste momento uma pequena indiscrição: a de revelar que o esforço de muitos para que, em tão curto prazo de tempo, se substituisse a cerimónia prevista do lançamento neste local de uma primeira pedra pela inauguração do próprio

monumento, teve origem numa simpática sugestão de Vossa Excelência, que aceitámos como um estímulo e realizámos como uma dádiva.

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa

Senhores Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado

Representantes da Família do Marechal Fragoço Carmona

Senhor Presidente da Comissão Executiva das Comemorações do seu Centenário

Os sentimentos que nos trouxeram hoje à beira deste monumento acabado de erguer pelo Município de Lisboa, tocam-nos a todos por igual e na alta figura cuja memória ficou eternizada no bronze está a única razão da ilustre presença de V. Ex.ª. Não deve, deste modo, agradecer-lá o presidente da Câmara e apenas sublinhá-la em quanto significa homenagem nacional a quem, ao longo de uma carreira militar que as circunstâncias forçaram que fosse política a partir de certa data, soube servir o País com ímpar dignidade e singular firmeza.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Os povos e as cidades devem erguer monumentos a quem os serviram com oferta generosa e total das suas capacidades. Sempre o fizeram e terão de continuar a proceder do mesmo modo se não quiserem perder o seu próprio sentido e, até, os seus próprios direitos. Cada geração é depositária de uma herança de esforços acumulados em que nunca deixaram de pesar valores humanos e sempre se viu quanto foram efémeras as tentativas para negar este facto. O império do tempo é inexorável e nunca se dispensa de acordar as consciências. O que em dado instante surge, personalizado em camadas mais jovens, com o esplendor alicianante das auroras que não cuidam de recordar as vigílias antecedentes, amadurece fatalmente quando a luz meridiana começa a anunciar

que a noite voltará de novo e, com ela, a reflexão de que outros irão surgir também e certamente julgar os exemplos legados.

Os monumentos a homens ou a factos colectivos são, deste modo, a afirmação de que continuamos capazes das mesmas virtudes, de que não renegamos a consciência que tiveram ou exprimiram do que deviam aos que chegariam depois, da preocupação responsável que nos fica quanto ao futuro.

Lisboa, como capital do país, tem de continuar a levantar memórias como esta a algumas figuras e certos actos cuja lembrança perdura e são indispensáveis para completar a história da Nação e da cidade.

Hoje, como acto grande das comemorações do primeiro centenário do nascimento do Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, o Município entrega ao património público o monumento que os sentimentos dos portugueses pediram quando, há quase vinte anos, se extinguiu — não longe daqui — essa figura venerada que foi capaz de atitudes redentoras em período extremamente delicado da vida portuguesa e perigoso para a sua sobrevivência e, depois, exerceu a primeira magistratura do País com uma perseverança em que a discrição não foi suficiente para esconder a grandeza e com uma amorabilidade que conquistava todos os corações e permanece viva em quantos o conheceram.

Ele está de novo entre nós, tal como a cidade o viu tantas e tantas vezes: a figura apumada concedendo-lhe uma altura física aparentemente maior, a capa descaída para trás descobrindo o peito em gesto de lealdade, as mãos firmes no punho da espada revelando uma forte decisão, a vivacidade da cabeça traduzindo a habilidade do seu carácter, a generosidade da sua atenção, a vigilância permanente do seu espírito.

Aqui fica connosco o Marechal Carmona. Aqui fica a lembrar-nos um nobre exemplo de serviço e de devoção.»

Usou da palavra, depois, o general Santos Costa, que começou por declarar:

«Nunca serão demais os agradecimentos devidos à Câmara Municipal de Lisboa, ao seu illustre presidente e à digna edilidade, pela prontidão com que aceitou tomar sobre si, em nome da cidade capital indiscutida do mundo lusitana, o encargo de erguer à contemplação dos portugueses e à curiosidade dos viandantes um padrão comemorativo da passagem pela terra de um dos mais respeitados e queridos governantes do nosso tempo.»

Mais adiante:

«Onde se tinha sonhado o lançamento de uma primeira pedra surge com todo o esplendor e grandiosidade a obra concluída. Para honra de todos nós e para prestígio dos responsáveis pela condução dos negócios públicos, o monumento ao Marechal aqui está!»

Após considerações sobre a excelsa figura do saudoso Marechal Carmona, o orador terminou com as seguintes palavras:

«O homem de tão extraordinárias virtudes morais, militar e patriota de tão excelente carácter, governante e Chefe do Estado de tão rija ténpera, não pode estranhar-se que a Nação tenha venerado em vida este símbolo da honradez intemerata e da integridade irreprimível.

O Povo compreendeu-o, distinguiu-o e glorificou-o, chorando-o na morte como se chora a perda irreparável de um ente querido.

Ressuscitado para a posteridade neste Padrão imortedouro, que grandes artistas conceberam e esculpiram, saibamos nós, Senhores, compreendê-lo também na exacta dimensão da sua estatura moral, na interpretação fiel do seu alto exemplo.»

No final, o Chefe do Estado, o Presidente do Conselho e as restantes autoridades assistiram ao desfile das forças armadas que participaram na cerimónia.



ACONTECIMENTOS CITADINOS



CONCERTO NA ESTUFA
FRIA, PELA SCHOLA CAN-
TORUM POLYPHONIA

A ORQUESTRA SINFÓNICA DE
LISBOA SOB A REGENCIA DO
MAESTRO RUI COELHO, EM
ESPECTÁCULO REALIZADO
NA ESTUFA FRIA



ESPECTÁCULO DE FOL-
CLORE OFERECIDO, NA
ESTUFA FRIA, AOS PAR-
TICIPANTES DO ENCON-
TRO DA ASSOCIAÇÃO
INTERNACIONAL DOS
PROFESSORES DE EDU-
CAÇÃO MUSICAL

CONCERTO NA ES-
TUFA FRIA, PELO
GRUPO AMERICANO
DE OHIO «EMBAIXA-
DORES DE BOA VON-
TADE»





ESTUFA FRIA — APRESENTAÇÃO DO ORFEAO DO SPORT LISBOA E BENFICA E DO GRUPO CORAL LUISA TODI





CONCERTO PELA ORQUESTRA FI-
LARMÓNICA DE LISBOA REGIDA
PELO MAESTRO DR. MANUEL IVO
CRUZ, TENDO COMO SOLISTA (VIO-
LINO) A PROF. LIDIA DE CARVA-
LHO — ESTUFA FRIA

RECEPÇÃO NA ESTUFA FRIA,
AOS PARTICIPANTES DO SE-
MINÁRIO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA



COMPONENTES DOS RALLYES
INTERNACIONAIS NAUTICOS
E TURISTICOS APRESENTAM
CUMPRIMENTOS NA CAMARA
MUNICIPAL DE LISBOA



O SENHOR ENG.º SANTOS
E CASTRO PRESIDE AO
ACTO DE POSSE DO NOVO
ADJUNTO TÉCNICO DO
B. S. B., CAP. JOÃO PEDRO
SA MOREIRA MARQUES





ESTUFA FRIA — «MEU AMOR É TRAIÇOEIRO», PELA COMPANHIA DE TEATRO POPULAR

DIANE FRANCISCO, «MISS CABRILHO», APRESENTA CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE DO MUNICIPIO DE LISBOA, SENHOR ENG.º SANTOS E CASTRO





APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS, AO MUNICÍPIO DE LISBOA, PELA SOCIEDADE PORTUGUESA RAINHA SANTA ISABEL, DE OAKLAND (CALIFÓRNIA). DISCURSO DO PRESIDENTE DA C. M. L.

ALBERTO MENARIANO E MARIA IZABEL SAIZ, «OS NOIVOS DE ARANJUEZ», AO SEREM RECEBIDOS, NOS PAÇOS DO CONCELHO, PELO SENHOR ENG.º SANTOS E CASTRO



OS ALUNOS DO II CURSO DE JORNALISMO,
PROMOVIDO PELO CENTRO NACIONAL DE
JORNALISMO DA MOÇIDADE PORTUGUESA,
SÃO RECEBIDOS NA CAMARA MUNICIPAL DE
LISBOA



ENTREGA DE UMA
MENSAGEM DO
«MAYOR» DE SALISBU-
RIA AO MUNICIPIO DE
LISBOA, PELOS ESTU-
DANTES RODESIANOS
QUE, A CONVITE DA
C. M. L. E COM A COLA-
BORAÇÃO DA T. A. P.,
VISITARAM LISBOA



RECEPÇÃO, NA ESTUFA FRIA, AOS PARTICIPANTES
DA XII CONFERENCIA DA FEDERAÇÃO INTERNACIO-
NAL DE ARQUITECTOS PAISAGISTAS



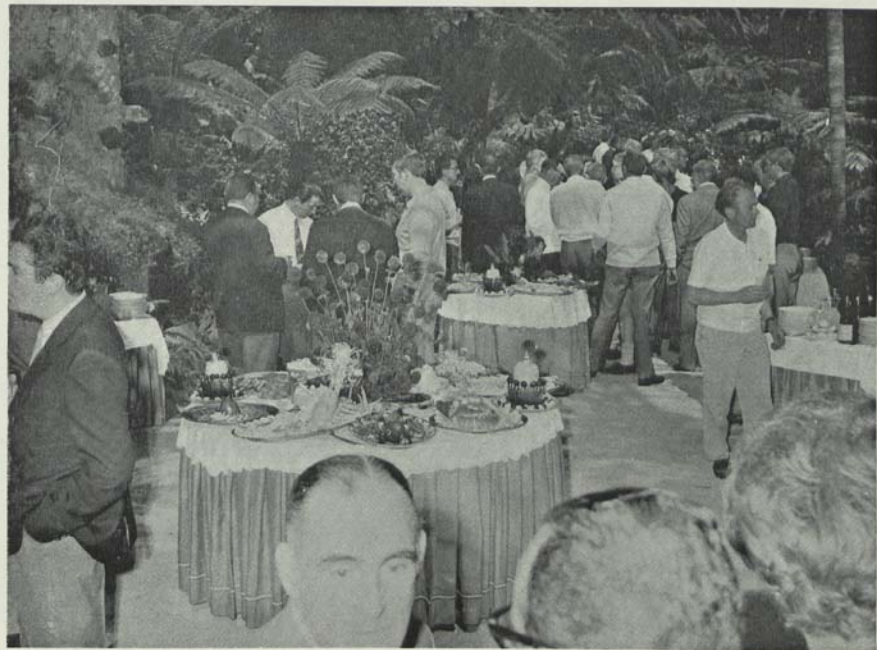


*I CONGRESSO IBERO AMERICANO DE MEDICINA FISICA
E DE REABILITAÇÃO — RECEPÇÃO NA ESTUFA FRIA*

ESTUFA FRIA — «BAILE DOS
MERCADORES» PELA COMPA-
NHA DE TEATRO POPULAR

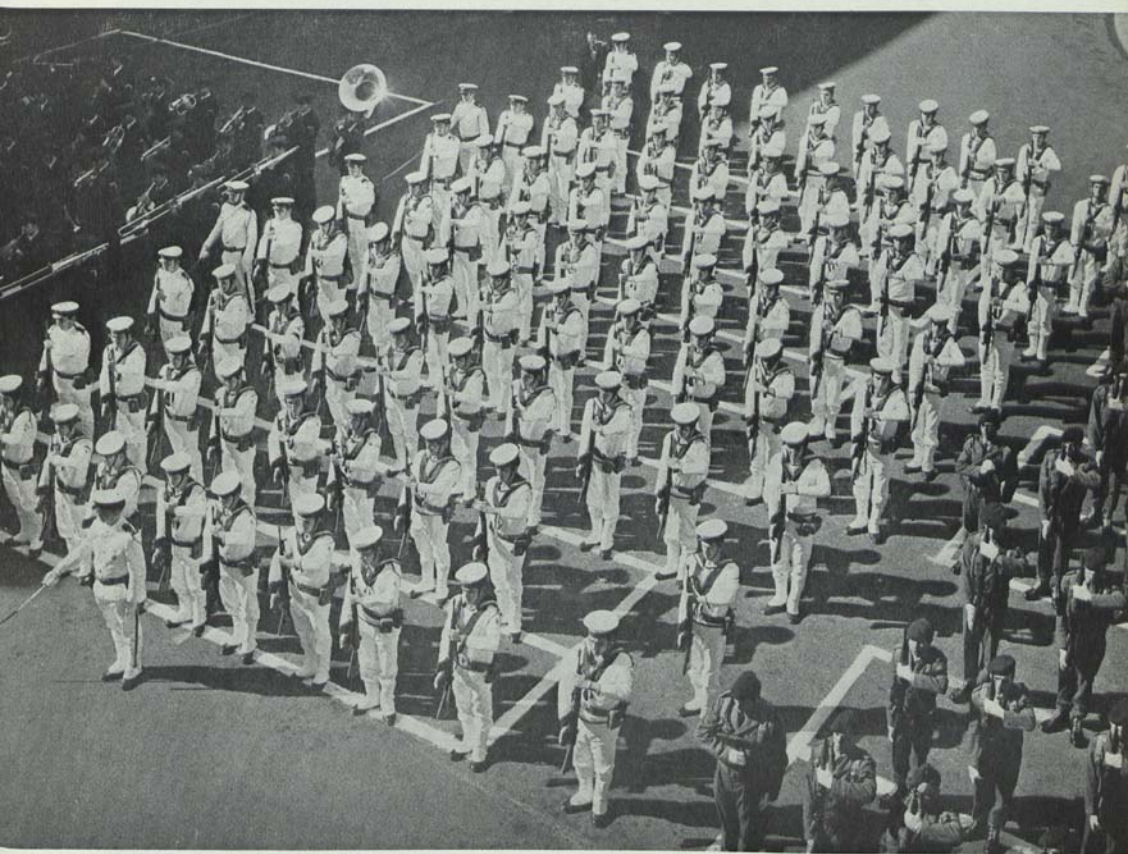


RECEPÇÃO NA ESTUFA FRIA AOS CONCORRENTES
A «VOLTA A EUROPA EM AUTOMÓVEL — 1970»





COMEMORAÇÕES DO 5 DE OUTUBRO — O MINISTRO DA DEFESA NACIONAL, GENERAL SÁ VIANA REBELO, PROCEDE AO HASTEAR SIMBÓLICO DA BANDEIRA NACIONAL, NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO. UMA FORÇA CONSTITUÍDA POR ELEMENTOS DOS TRÊS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS PRESTA AS HONRAS DO ESTILO





RECEPÇÃO, EM MONTES CLAROS, AOS PARTICIPANTES DA SESSÃO PLENÁRIA DO COMITÉ DE ESTUDOS ECONÓMICOS DA UNIÃO INTERNACIONAL DOS CAMINHOS DE FERRO

CONCERTO PELA ORQUESTRA SINFÓNICA DE LISBOA DIRIGIDA PELO MAESTRO FERNANDO CABRAL, TENDO COMO SOLISTA O VIOLONCELISTA MÁRIO CAMERINI — TEATRO DA ESTUFA FRIA





ENTREGA DA MEDALHA MUNICIPAL DE CULTURA FISICA AOS MEMBROS DA DIRECÇÃO DO CASA PIA ATLETICO CLUBE. DISCURSO DO SENHOR ENG.º SANTOS E CASTRO

INAUGURAÇÃO DA PLACA TOPONIMICA DA
RUA MECIA MOUSINHO DE ALBUQUERQUE





*TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS
— NOS PAÇOS DO CONCELHO, O
PRESIDENTE DO MUNICIPIO, SEN-
HOR ENG.º SANTOS E CASTRO,
PROFERE ALGUMAS PALAVRAS
ALUSIVAS AO ACTO, ANTES DE
PROCEDER A ENTREGA DE ME-
DALHAS DE OURO E PRATA A
FUNCIONARIOS MUNICIPAIS*



*O PRESIDENTE DA C. M. L. EN-
TREGA, AOS REPRESENTANTES
DAS MARCHAS POPULARES — 1971,
AS TAÇAS ATRIBUIDAS AOS AGRU-
PAMENTOS PARTICIPANTES*

O PRESIDENTE DO MUNICIPIO CONDECORA,
E DE BONS SERVIÇOS, ELEMENTOS DO B. S. B.
COM AS MEDALHAS DE BOM COMPORTAMENTO





*PALACIO GALVEIAS
— ENTREGA DE BIBLIOTECAS A INSTITUIÇÕES DE BENEFICENCIA OU DE RECREIO. O SENHOR ENG.º SANTOS E CASTRO FALA SOBRE O SIGNIFICADO DO ACTO*

INAUGURAÇÃO DO MEDALHÃO A SILVÉRIO PINHEIRO FERREIRA, NA PRACETA DO MESMO NOME EM BENFICA. O PRESIDENTE DEPENDO UM RAMO DE FLORES NA BASE DO MONUMENTO





O SENHOR ENG.º SANTOS E CASTRO INAUGURA A ESTATUA DE S. VICENTE, NAS PORTAS DO SOL

CONCERTO PELA ORQUESTRA FILARMÓNICA DE LISBOA SOB A REGENCIA DA MAESTRINA NATÉRCIA COUTO, TENDO COMO SOLISTA (PIANO) MARIA CARLOTA SIMOES — TEATRO DA ESTUFA FRIA



*INAUGURAÇÃO DA PLACA TOPONIMICA
ENG.º NOBRE GUEDES, NA ANTIGA RUA A
A QUINTA DA CASQUILHA*



ASSINATURA DA ESCRITURA DA COMPRA DA
QUINTA DO MARQUES DE ABRANTES



CERIMÓNIA DO ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE RECRUTAS DE 1970 DO B. S. B. O PRESIDENTE DA C. M. L. PROCEDE À ENTREGA SIMBÓLICA DOS MACHADOS

DESCERRAMENTO DE UMA LAPIDE NO PRÉDIO ONDE NASCEU, EM 1867, A ATRIZ ADELINA ABRANCHES. CERIMÓNIA REALIZADA POR OCASIÃO DAS CELEBRAÇÕES DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA SUA ESTREIA NO TEATRO





ENTREGA A LIDIA FARIA, ATLETA DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL, DA MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO DESPORTIVO

«AUTO DE NATAL» — ESPECTACULO INFANTIL DIRIGIDO POR ELSA PENCHY LEVY, NO TEATRO DA ESTUFA FRIA





APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE FIM DE ANO AO SENHOR ENG.º SANTOS E CASTRO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, O SR. DR. MANUEL FERREIRA, DIRECTOR DO SERVIÇO DE FINANÇAS DA C. M. L., SACDA, EM NOME DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS, O PRESIDENTE DO MUNICIPIO



ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»

(DO N.º 124 AO 127)

ANO DE 1970

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos cívicos	124/125	87
	126/127	66
C		
Os casebres do Loreto, uma legenda viva na Lisboa de outras eras	126/127	35
Contrastes sanitários — IV — 1959/1969 Imperativo duma obra do Município de Lisboa	124/125	38
Contrastes sanitários — V — 1959/1969 Imperativo duma obra do Município de Lisboa	126/127	47
D		
Ditoso Tejo	126/127	58
Doados ao Município dois quadros valiosos: «Camões» e «Fernando Pessoa»	124/125	80
F		
A Feira da Ladra	124/125	55
Focada a importância da função municipal — no decorrer da visita do Ministro do Interior aos Paços do Concelho	124/125	72
H		
Um Homem	126/127	7

Designação	Números	Páginas
I		
Inauguração do monumento ao Marechal Carmona	126/127	62
L		
Locais de funcionamento da Aula de Comércio	126/127	23
M		
Marchas do Ano «70» — na noite de Santo António, festa lisboeta de luz e alegria	124/125	82
A medalha de ouro da cidade de Lisboa para o antigo Presidente, Tenente-Coronel Salvação Barreto	126/127	59
N		
Noticiário arqueológico e artístico	124/125	56
R		
A reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa para prestar homenagem à memória do Presidente Salazar	126/127	11
S		
Saídas de Lisboa no século XVIII	126/127	15
O Senhor Engenheiro Santos e Castro assume a presidência da Câmara Municipal de Lisboa	124/125	66
O Senhor General França Borges deixa a presidência do Município de Lisboa	124/125	63
T		
O teatro romano de Lisboa	124/125	7
V		
Visita histórica do prof. Marcello Caetano à Câmara Municipal	124/125	74

ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
C		
Caetano — Marcello Um Homem	126/127	7
Castelo-Branco — Fernando Saídas de Lisboa no século XVIII	126/127	15
Costa — Mário Os casebres do Loreto, uma legenda viva na Lisboa de outras eras	126/127	35
M		
Melo — D. Francisco Manuel de Ditoso Tejo	126/127	58
Moita — Irisalva O teatro romano de Lisboa	124/125	7
O		
O'Neill — Henrique A feira da ladra	124/125	55
Q		
Quental — Arnaldo Fallé de Sousa Contrastes sanitários — IV	124/125	38
Contrastes sanitários — V	126/127	47
S		
Santana — Francisco Locais de funcionamento da Aula de Comércio	126/127	23

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos cívicos		
Dia de S. Vicente — Solene Te-Deum na Sé Catedral de Lisboa	124/125	89
Visita do Senhor General França Borges ao atelier do escultor Leopoldo de Almeida a propósito da modelação da estátua de D. João I	124/125	90
O Senhor General França Borges, distinguindo alguns dos seus mais directos colaboradores	124/125	90
O Senhor Engenheiro Santos e Castro, novo presidente da C. M. L., em visita ao quartel do B. S. B.	124/125	91
Almoço oferecido, pela C. M. L., aos deputados pelo círculo de Lisboa	124/125	92
Teatro da Estufa Fria — «Filipinças», espectáculo de bailado	124/125	92
Teatro da Estufa Fria — «Cadeira da Verdade», pela Companhia de Teatro Popular	124/125	93
Cerimónia da entrega da medalha de ouro da Cidade ao antigo Presidente da C. M. L., Senhor General França Borges	124/125	93
Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Sinfónica de Lisboa, regida pela Maestro Fernando Cabral	124/125	94
Posse do Capitão Luís Mário Saldanha Moreira no cargo de comandante da policia municipal	124/125	94
Teatro da Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa sob regência do Dr. Ivo Cruz	124/125	95
O Senhor Comodoro Alberto Lopes Alves ao ser empossado no cargo de Vereador da C. M. L.	124/125	95
Acto de posse do novo 2.º Comandante do B. S. B., tenente-coronel Pinto Basto Correia	124/125	96
Teatro da Estufa Fria — «Dia Seguinte», pela Companhia de Teatro Popular	124/125	96
Teatro da Estufa Fria — «O Irmão», pela Companhia de Teatro Popular	124/125	97
Cerimónia da entrega simbólica dos machados aos novos sapadores bombeiros	124/125	97
Recepção na C. M. L. aos participantes do voo inaugural da T. A. P., Lourenço-Marques — Lisboa	124/125	98
«Dia da Raça» — Deposição de flores no monumento a Camões	124/125	98
Dia de Santo António — Cerimónias religiosas mandadas celebrar pelo Município de Lisboa	124/125	99
«Noivas de Santo António» — Aspecto do copo-de-água	124/125	100
Teatro da Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa, regida pelo Maestro Rui Coelho	124/125	101
Estufa Fria — Recepção oferecida aos participantes das I Jornadas Luso-Espanholas de Cirurgia Pediátrica	124/125	101
Teatro da Estufa Fria — «O Congressista», pela Companhia de Teatro Popular	124/125	102
Entrega à Confederação Brasileira de Desportos da medalha comemorativa da conquista de Lisboa aos mouros	124/125	102
O Senhor Engenheiro Santos e Castro no uso da palavra, aquando da atribuição dos prémios das marchas populares de 1970	124/125	103
Teatro da Estufa Fria — Concerto pela Schola Cantorum Polyphonia	126/127	67

Designação	Números	Páginas
Teatro da Estufa Fria — Orquestra Sinfónica de Lisboa sob a regência do Maestro Rui Coelho	126/127	67
Estufa Fria — Espectáculo de folclore oferecido aos participantes do Encontro da Associação Internacional dos Professores de Educação Musical	126/127	68
Teatro da Estufa Fria — Concerto pelo grupo americano de Ohio «Embaixadores de Boa-Vontade»	126/127	68
Teatro da Estufa Fria — Apresentação do Orfeão do Sport Lisboa e Benfica e do Grupo Coral Luisa Todi	126/127	69
Teatro da Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa regida pelo Maestro Dr. Manuel Ivo Cruz	126/127	70
Recepção na Estufa Fria aos participantes do Seminário Internacional de Educação Física	126/127	71
Os componentes dos Rallyes Internacionais Náuticos e Turísticos apresentam cumprimentos na C. M. L.	126/127	72
Acto de posse do novo adjunto-técnico do B. S. B., Capitão João Pedro Moreira Marques	126/127	72
Teatro da Estufa Fria — «Meu amor é traíçoero», pela Companhia de Teatro Popular	126/127	73
«Miss Cabrilho» apresenta cumprimentos ao Presidente da C. M. L.	126/127	73
Apresentação de cumprimentos ao Município de Lisboa, pela Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel, de Oakland (Califórnia)	126/127	74
Recepção, nos Paços do Concelho, aos «noivos de Aranjuez»	126/127	75
Recepção, na C. M. L., aos alunos do 2.º curso de Jornalismo promovido pelo Centro Nacional de Jornalismo da M. P.	126/127	76
Entrega de uma mensagem do «Mayor» de Salisbúria ao Município de Lisboa	126/127	77
Estufa Fria — Recepção aos participantes da XII Conferência da Federação Internacional de Arquitectos Paisagistas	126/127	77
Estufa Fria — Recepção aos participantes do I Congresso Ibero-Americano de Medicina Física e de Reabilitação	126/127	78
Teatro da Estufa Fria — «Baile dos Mercadores», pela Companhia de Teatro Popular	126/127	79
Estufa Fria — Recepção aos concorrentes à «Volta à Europa em automóvel — 1970»	126/127	79
Comemorações do 5 de Outubro — Hastear da Bandeira Nacional no edifício dos Paços do Concelho	126/127	80/81
Recepção, em Montes Claros, aos participantes da Sessão Plenária do Comité de Estudos Económicos da União Internacional dos Caminhos de Ferro	126/127	82
Teatro da Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Sinfónica de Lisboa dirigida pelo Maestro Fernando Cabral	126/127	82
Entrega da medalha municipal de cultura física aos membros da direcção do Casa Pia Atlético Clube	126/127	83
Inauguração da placa toponímica da Rua Mecia Mousinho de Albuquerque	127/127	84
«Tomada de Lisboa aos mouros» — Entrega de medalhas a funcionários municipais	126/127	85
Entrega, aos representantes das Marchas Populares — 1971, das taças atribuídas aos agrupamentos participantes	126/127	85
Condecoração de elementos do B. S. B. com medalhas de bom comportamento e de bons serviços	126/127	86
Palácio Galveios — Entrega de bibliotecas a instituições de beneficência ou de recreio	126/127	87
Inauguração do medalhão a Silvério Pinheiro Ferreira	126/127	87
Inauguração da estátua de S. Vicente, nas Portas do Sol	126/127	88
Teatro da Estufa Fria — Concerto pela Orquestra Filarmónica de Lisboa sob a regência da Maestrina Natércia Couto	126/127	88
Inauguração da placa toponímica Eng.º Nobre Guedes na antiga Rua A, à Quinta da Casquilha	126/127	89
Assinatura da escritura da compra da Quinta do Marquês de Abrantes	126/127	90
Entrega simbólica dos machados aos novos sapadores bombeiros	126/127	91
Descerramento de uma lápide no prédio onde nasceu a actriz Adelina Abranches	126/127	91
Entrega da medalha municipal de mérito desportivo a Lídia Faria, atleta do Sporting Clube de Portugal	126/127	92
Teatro da Estufa Fria — «Auto de Natal», espectáculo infantil dirigido por Elsa Peuchy Levy	126/127	92
Apresentação de cumprimentos de fim de ano ao Presidente da C. M. L., pelos funcionários do Município	126/127	93

Designação	Números	Páginas
Ânfora romana	124/125	57
Aspectos da entrega da medalha de ouro da Cidade ao Tenente-Coronel Salvação Barreto	126/127	59/61
Aspectos da tomada de posse da presidência da C. M. L., pelo Engenheiro Santos e Castro	124/125	66/71
Aspectos da visita histórica do Prof. Marcello Caetano à C. M. L.	124/125	74/79
C		
Casebres do Loreto	126/127	38 e 43
Contrastes sanitários — IV	124/125	38/53
Contrastes sanitários — V	126/127	47/57
Cortejo fúnebre do Prof. António de Oliveira Salazar	126/127	7/9
D		
Discurso de despedida do General França Borges ao deixar a Presidência do Município	124/125	65
Duas obras de arte na Igreja de S. Lourenço, à Mouraria	124/125	62
F		
Feira da Ladra	124/125	54
Fragmento de ábaco visigótico	124/125	58
Fragmento de moldura medieval	124/125	59
I		
Inauguração do monumento ao Marechal Carmona	126/127	62 e 64
L		
Lápide com inscrição arábica	124/125	59
Locais de funcionamento da Aula do Comércio	126/127	23/31
M		
Marchas Populares	124/125	83/86
R		
As ruínas dos Paços da Universidade, a Santa Marinha	124/125	60/61

Designação	Números	Páginas
S		
Saídas de Lisboa no século XVIII	126/127	15/22
T		
O Teatro Romano de Lisboa	124/125	7/37
V		
Visita do Ministro do Interior aos Paços do Concelho	124/125	73

EDICÖES MUNICIPAIS

O ESTADO DE SÃO PAULO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DEPARTAMENTO DE CULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAMENTO
DEPARTAMENTO DE HABITAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
DEPARTAMENTO DE URBANISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIVIENDA
DEPARTAMENTO DE VIVIENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZONAMENTO
DEPARTAMENTO DE ZONAMENTO

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS GRÁFICOS DA LIGA DOS COMBATENTES

PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

6.ª Repartição — Informação, Espectáculos e Turismo da Câmara
Municipal de Lisboa -Praça do Município— Telefone 36 29 51

